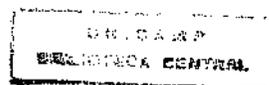


LUZ MARINA VÁSQUEZ HORTÚA

“Meu pai, um perdido. Minha mãe, a megera”:

**A família segundo o discurso do S.O.S.
Criança e das vítimas de violência
doméstica**

Campinas, 1997



**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Vásquez Hortúa, Luz Marina

V 444 m **“Meu pai, um perdido, minha mãe, a megera”:** a família segundo o discurso de S.O.S. criança e das vítimas de violência doméstica / Luz Marina Vásquez Hortúa. - - Campinas, SP :[s.n.], 1997.

Orientador: Niuvenius Junqueira Paoli.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Violência. 2. Família. 3. Crianças. 4. Adolescentes.

I. Paoli, Niuvenius Junqueira, 1942 - II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

LUZ MARINA VÁSQUEZ HORTÚA

“Meu pai, um perdido. Minha mãe, a megera:”

A família segundo o discurso do S.O.S. Criança e das vítimas de violência doméstica

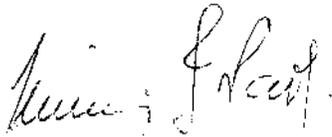
Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Niuvenius Junqueira Paoli.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela comissão julgadora em:

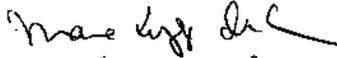
_____/_____/_____

Banca:

Prof. Dr. Niuvenius Junqueira Paoli



Profª Dra. Maria Lígia Quartim



Profª Dra. Ana Maria Goldani



Profª Dra. Guita Green Debert (suplente)

Dezembro de 1997

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| AGRADECIMENTOS | I |
| RESUMO | III |
| INTRODUÇÃO: | 09 |
| ITINERÁRIOS DESTA PESQUISA | 09 |
| FAMÍLIA: A BASE DE TUDO? | 13 |
| 1. CAPÍTULO I: O QUE OS ESTUDIOSOS NOS DIZEM SOBRE A FAMÍLIA E SUAS MUDANÇAS | 21 |
| 1.1. A família patriarcal: uma herança de violência doméstica? | 22 |
| 1.2. famílias pobres e violência doméstica: crise nas funções sociais? | 31 |
| 2. CAPÍTULO II: INSTITUIÇÃO S.O.S. CRIANÇA: UM ESTUDO EMPÍRICO | 39 |
| 2.1. História do S.O.S. Criança: formação e objetivos | 40 |
| 2.2. O Processo da denúncia e atendimento | 56 |
| 2.3. Projetos realizados na Instituição para as crianças e adolescentes | 62 |
| 2.4. Procedência dos atendidos no S.O.S. Criança | 70 |
| 3. CAPÍTULO III: DISCURSO DA INSTITUIÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DA REINTEGRAÇÃO FAMILIAR E SOCIAL. | 72 |
| 3.1. Discurso dos Funcionários sobre reintegração das crianças e adolescentes | 73 |

| | |
|---|------------|
| 3.2. A que tipo de família se pensa reintegrar as crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. | 83 |
| 3.3. Alguns procedimentos do S.O.S. de acordo com os prontuários | 87 |
| 3.4. Quando o Estado, que deve proteger, é o agente da violência | 94 |
| 4. CAPÍTULO IV: O IDEÁRIO DE FAMÍLIA MANEJADO PELAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA | 97 |
| 4.1. A concepção de família para a vítimas de violência doméstica | 100 |
| 4.2. Circunstâncias do ingresso ao S.O.S. Criança | 109 |
| 4.3. Visão das crianças e adolescentes sobre a Instituição | 111 |
| 4.4. Perspectivas para depois de sair | 114 |
| 4.5. A família que desejam formar | 116 |
| 4.6. Perfil das crianças e adolescente entrevistados | 118 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 122 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 127 |
| 7. ANEXOS | 131 |

**Aos meus pais:
por me terem dado o dom da vida**

**A Diana e Camilo:
meus queridos e adorados filhos**

**A Rafael:
apoio das horas difíceis**

AGRADECIMENTOS

Agradeço muito às crianças e adolescentes do S.O.S. Criança que dividiram comigo um pouco de suas vidas.

À Celinha, minha irmã brasileira, pela sua valiosa amizade e colaboração nos momentos árduos deste trabalho, pela ajuda com o português e pela lição de Brasil.

À Diana, minha filha, que com sua pouca idade soube ser uma grande e sábia amiga nas horas difíceis.

Ao Cami, meu filho, pelo calor de suas mãos e palavras certas nos momentos mais complicados deste trabalho.

Ao Rafael, meu esposo, agradeço especialmente pelo tanto que dividiu comigo este trabalho.

Aos meus irmãos que com sua força e apoio me ajudaram a suportar o estar longe de meu país e de meus pais.

À Leila e família pela colaboração nos momentos chaves.

À minha sogra pela motivação na forma de compreensão e carinho.

À Maritza, minha amiga e cúmplice das dificuldades todas.

À Brenda, pelas sugestões tão oportunas no começo deste trabalho.

À família Alvarado pela amizade e colaboração em nossa estadia no Brasil.

À Fátima pelas valiosas dicas acadêmicas, que muito ajudaram na realização deste trabalho.

À Lilian pela grande amizade.

Ao Professor Doutor Niuvenius Paoli pela orientação deste trabalho, por sua amizade e paciência.

À Professora Doutora Maria Lígia Quartim pelas sugestões valiosas que fundamentaram esta dissertação.

À Professora Doutora Ana Maria Goldani pela confiança e apoio para a finalização deste trabalho.

À Professora Doutora Suely Kofes pelas valiosas sugestões bibliográficas.

À Professora Doutora Teresa Sales pela motivação dada no momento oportuno.

À Professora Doutora Élide Rugai Bastos cuja postura acadêmica transmite ao aluno estrangeiro, como eu, muita segurança para enfrentar o desafio de produzir um trabalho desta natureza fora de seu país.

Aos secretários da pós-graduação do IFCH/UNICAMP, especialmente à Lourdinha, pela grande atenção, amizade manifestada desde a minha chegada ao Brasil. Agradeço igualmente ao pessoal da biblioteca do IFCH, pelas muitas gentilezas. E, muito especialmente, à Albínia da biblioteca da Instituto de Educação, cuja prontidão, orientação e disposição facilitou em muito a tarefa da pesquisa bibliográfica.

À Instituição S.O.S Criança de São Paulo, sob a Coordenação Paulo Vítor Sapienza, pela confiança e gentileza de abrir um espaço em seu árduo trabalho, facilitando esta investigação. Igualmente às funcionárias do CRAMI de Campinas pela acolhida oferecida no início deste pesquisa, em especial a Enza.

À CAPES pela bolsa que financiou parte desta pesquisa.

RESUMO

O tema desta dissertação procura conhecer o conceito de família manejado pelas crianças e adolescentes, vítimas de violência doméstica, atendidas pela Instituição S.O.S. Criança, da cidade de São Paulo. Esta pesquisa se realizou através de entrevistas com as crianças e adolescentes pertencentes ao universo supracitado. A análise apontou as seguintes questões: 1. a grande maioria destes entrevistados escolheu a rua como estratégia de vida por não suportar a violência exercida pelos pais; 2. estas crianças e adolescentes consideram que existe a família ideal embora eles, desafortunadamente, estejam dentro da família errada; 3. colocam como projeto de vida formar uma família ideal, composta por pai, mãe e filhos; 4. a família ideal, tal como descrita pelas crianças e adolescentes, está também no discurso da instituição que os acolhe.

Por fim, podemos dizer que, embora hajam transformações sensíveis em torno da família e, embora surjam novos tipos a cada dia, no imaginário corrente permanece o velho conceito de família ideal, mesmo entre aqueles que não teriam nenhum motivo para acreditar nisso, como no caso das crianças e adolescentes objetos desta pesquisa.

INTRODUÇÃO

Algumas palavras sobre o itinerário desta pesquisa

O presente trabalho obedece ao meu interesse em ter um conhecimento mais aprofundado sobre a problemática da violência doméstica em outros contextos, uma vez que a nossa experiência de trabalho docente nos colocou em contato com esta questão no dia a dia das comunidades educacionais colombianas. Em meu país esta problemática adquire uma gravidade muito acentuada nos dias atuais, de modo que conhecer a realidade brasileira, no tocante a esta questão, se fazia para mim bastante importante. Vale lembrar, entretanto, que a violência doméstica não atinge apenas países pobres como o Brasil e a Colômbia, mas que constitui mesmo uma problemática que ganha repercussão em nível mundial. Países como Alemanha, Japão e Estados Unidos, entre outros, mantêm índices alarmantes de violência contra as suas crianças como divulgam os meios de comunicação de todo o mundo.

Comparar o Brasil e a Colômbia parecia ser um caminho interessante para troca de experiências e conhecimento das estratégias de ação em relação ao atendimento e prevenção da violência doméstica. Para uma análise comparativa se necessitava de dados que eu não dispunha inicialmente. Por isso, deixei esta proposta para uma possível pesquisa posterior e decidi discutir a realidade brasileira.

Para a realização parte empírica deste trabalho, meu primeiro contato foi estabelecido em fevereiro de 1995 com o Centro Regional de Registros e Atenção aos Maus Tratos na Infância — CRAMI — situado na cidade de Campinas - S.P. Para ter acesso aos dados desta instituição foi necessário providenciar uma carta assinada pelo orientador desta pesquisa, onde se explicava em que consistia nossa investigação, seus objetivos, tempo provável de trabalho. Esta carta, depois de analisada pela equipe coordenadora da Instituição recebeu resposta afirmativa. Inicialmente visitamos o CRAMI duas vezes por semana, período em que tivemos acesso a materiais bibliográficos. Depois de um mês, tive acesso ao arquivo dos casos de violência registrados ali. Entretanto, nestes arquivos constavam dados de anos anteriores ao delimitado por nosso trabalho, que tinha estabelecido como base o ano de 1995. A maioria dos registros que aí consultei estavam preenchidos à mão e resultavam ilegíveis para mim, além de estarem na sua maioria incompletos, além disso, as pessoas que os preencheram já não mais estavam prestando serviços nesta instituição.

Neste mesmo período tive a oportunidade de participar da Terceira Conferência Internacional sobre Violência Doméstica na cidade de São Paulo organizada pelo Laboratório da Criança — LACRI — da Universidade de São Paulo — USP. Ali conheci parte do pessoal que trabalha no S.O.S. Criança e com estas pessoas pude intercambiar idéias e experiências sobre a problemática, assim como obter conhecimentos sobre o funcionamento desta instituição, o que me permitiu estabelecer comparação entre esta e o CRAMI de Campinas. Dada às dificuldades de acesso aos dados que vinha ocorrendo na instituição de Campinas e dada à manifestação de disponibilidade e colaboração dos funcionários do S.O.S Criança de São Paulo, acabei deixando de coletar dados junto à instituição de Campinas e passei a pesquisar unicamente o S.O.S. Criança.

Para obter acesso aos arquivos e coletar dados junto ao S.O.S. também necessitei de uma carta formal do orientador desta pesquisa. O acesso aos dados, entretanto, também foi bastante difícil no início, pois a Instituição argumentava que seus dados são sigilosos, uma vez que se tratam de informações de caráter judicial. Algumas destas informações, se divulgadas, poderiam colocar em perigo a vida das crianças e adolescentes aí abrigados.

Depois de oito meses de visitas semanais a esta instituição, conquistamos algum espaço e confiança da equipe de funcionários e do seu coordenador. Neste período conhecemos os programas desenvolvidos pelo S.O.S. Criança, entrevistamos alguns educadores, ao coordenador da Instituição e, com mais

dificuldade como observaremos no capítulo III deste trabalho, entrevistamos algumas crianças e adolescentes aí recolhidas.

Vale observar, entretanto, que inicialmente a proposta de nosso trabalho era a de analisar, através dos prontuários e do conhecimento institucional, os fatores sócio-econômicos que influenciam no alto índice da violência doméstica. Entretanto, o contato com a situação das crianças e adolescentes violentados revelava questões muito instigantes para uma discussão do que os frios dados estatísticos das suas condições sócio-econômica. Desse modo, acabamos por mudar o eixo central da nossa investigação, para aproveitarmos o material humano disponível, tão complexo e candente.

Em princípio tomamos como base teórica para compreendermos esta questão as discussões sobre violência em geral e violência estrutural. O objeto, entretanto, pedia mais especificidade pois, tínhamos de entender mais especialmente a violência doméstica, assim como realidade e origem das famílias brasileiras. Por isso nos detivemos na leitura de autores que davam conta desta problemática em nível da sociedade brasileira, uma vez que nosso objeto de estudo passou a ser a idéia de família que se mantém entre as crianças e adolescentes violentados domesticamente, assim como a instituição que os acolhe.

Podemos dizer que, se em princípio os dados quantitativos nos eram fundamentais, os dados estatísticos aqui colocados dão suporte à uma discussão eminentemente qualitativa: é a família enquanto conceito que está em questão.

A FAMÍLIA: A BASE DE TUDO?

Ao contrário do verso que dá título a este trabalho, tirado do poema “Gota de Sangue”, escrito por Sandra Mara Herzer¹ no livro *A Queda para o alto*, onde a desconfiança da família é evidente, *A família brasileira, a base de tudo*, é o título do livro da UNICEF, organizado por Sílvio Manoug Kaloustian, no qual se sugere que a família brasileira, em meio às discussões sobre sua desintegração e enfraquecimento, mantém-se como espaço ideal de socialização, de prática de tolerância e divisão de responsabilidade, de procura coletiva de estratégias de sobrevivência e lugar inicial para o exercício da cidadania, sob o parâmetro da igualdade, do respeito e dos direitos humanos.

Segundo o mesmo texto, a família é a principal responsável pela alimentação e pela proteção da criança, da infância à adolescência, como também é o espaço necessário para garantir a sobrevivência do desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo

¹ Sandra Mara Herzer, ou Anderson Herzer, escreve este livro, publicado postumamente, relatando os horrores de uma vida inteira de violência e marginalização. Primeiro foi vítima de vários tipos de violência doméstica, depois social incluindo a violência da instituição que, em tese, deveria reintegrá-la socialmente. O poema não deixa dúvidas: “Sou filho da gota/ fui templo de miséria/ meu pai, um perdido/ minha mãe, a megera./ Cresci vendo prantos,/ dormi em meio à mata/ chorei gotas sangüíneas/ sou o pecado, sou a traça.” (Herzer, 1991, p: 19).

familiar ou da forma como vêm se estruturando. Nesta perspectiva, Ferrari e Kaloustian sustentam: “É a família que propicia os aportes afetivos e sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar de seus componentes”. (Ferrari e Kaloustian, 1994, p: 11) Os mesmos autores, na mesma obra, dizem: ”a família desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade”. (Ferrari e Kaloustian, 1994, p: 12)

Os mesmos autores afirmam que a “iniciação das crianças na cultura, nos valores e nas normas de sua sociedade começa na família, para um desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança deve crescer num ambiente familiar, numa atmosfera de felicidade, amor e compreensão”. (Ferrari e Kaloustian, 1994, p: 5)

Do comentado até aqui pelos autores, podemos perceber o grau de responsabilidade delegado à família por parte desta instituição internacional. Esta idéia da UNICEF nos oferece uma base para pensar que a família nuclear é constituída tal como sugere a Constituição de 1988: “Uma união estável entre homem e mulher ou qualquer dos pais e seus descendentes”. Uma definição de família que apresenta elementos semelhantes aos sugeridos por Gomes :

“Uma união exclusiva de um homem e uma mulher, que se inicia por amor, com a esperança de que o destino lhes seja favorável e

que ela seja definitiva. Um compromisso de acolhimento e cuidado para com as pessoas envolvidas e expectativa de dar e receber afeto, principalmente em relação aos filhos. Isto, dentro de uma ordem e hierarquia estabelecida num contexto patriarcal de autoridade máxima que deve ser obedecida, a partir do modelo pai - mãe - filhos estável". (Gomes, obra citada por Szymansky, 1988, p: 25)

Este é o discurso oficial que através do tempo se vem sendo repetido pelo Governo e suas Instituições, ou seja, uma antiga imagem de família, bem parecida com a empregada na instituição S.O.S. Criança, segundo as palavras do seu coordenador, Paulo Vítor Sapienza :

"Família é um conjunto de pessoas que se interligam entre si para trocar amor, fraternidade, carinho, ou seja, que possam trocar entre si uma energia suficiente que lhes permita conseguir um equilíbrio emocional, para suportar os desequilíbrios ou momentos ruins da vida. (entrevista à autora 06/07/1997)

Estas definições sobre a família nos remetem à definição da Igreja que, segundo Simon Schwartzman, propõe que a *“Família é uma comunidade constituída pelo casamento indissolúvel com o fim essencial de gerar, criar e educar a descendência”*. (Cadernos de Pesquisa no. 37, de maio de 1981, p: 71) Neste discurso, a família deve apresentar-se através do modelo nuclear “ideal”, o qual desde criança vemos nos livros escolares, nos filmes, na televisão. Um modelo de onde não é permitido sair. Szymansky nos lembra que os indivíduos que não logram cumprir este modelo “ideal” são tomados por “desajustados” “inferiores”.

Neste momento de grandes transformações, talvez o discurso que mais se adapte seja o sugerido por Jerusa Viera Gomes na *Revista Travessia*, no qual nos diz:

“não há dúvida, a família é o centro de convergência de todas as tensões sociais, além de ser o palco em que se realizam transformações radicais no que tange aos papéis sociais masculinos e femininos, à distribuição da autoridade, a aprendizagem da relação autoridade/submissão, à sexualidade e outras mais. (Gomes, 1991, p: 6)

Tomando por base as grandes transformações ocorridas na sociedade brasileira das últimas décadas, urbanização, proletarização das mulheres, instituição do divórcio, diminuição do número de filhos entre tantas outras, podemos dizer que o discurso de Viera Gomes é mais adequado que o de Kaloustian, porque indica o que sucede no interior do núcleo familiar na sociedade moderna: as diferentes dificuldades que enfrenta no dia a dia a família, assim como as diferentes formas de lidar com os problemas e transformações sociais que para ela convergem a tornam um centro de grandes tensões. E, uma vez que mantemos que a ela convergem todas as tensões sociais, estamos falando também que as tantas atribuições dadas pela UNICEF são utópicas, tendo em conta que a família está mais propensa às crises que qualquer outra instituição social. Como afirma Danda Prado: “a família não é um simples fenômeno natural, ela é uma instituição social variando através da história e apresentando até formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar, conforme o grau social que esteja sendo observado (...) a família, como toda instituição social apresenta aspectos positivos, enquanto núcleo afetivo, de apoio e solidariedade. Mas apresenta, ao lado destes, aspectos negativos, como a imposição normativa através de leis, usos e costumes, que implicam formas e finalidades rígidas. Torna-se, muitas vezes, elemento de coação social, geradora de conflitos e ambigüidades”.

(Prado, 1985, p: 13)

Isto nos permite perguntar a que família se refere Kaloustian? Tendo em conta as grandes transformações em termos de relações pessoais e familiares neste final de século, as muitas diferenças entre povos e culturas, é difícil acreditar que se possa ter um conceito único de família. Talvez possamos dizer que: este é um conceito em construção em uma realidade em transformação.

Mas, se uma instituição de tanta credibilidade como a UNICEF parte deste conceito tão idealista de família, que podemos pensar da instituição S.O.S. Criança, a qual é nosso objeto de estudo? E o que pensam as crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica atendidas por esta instituição sobre a família?

Foi com o objetivo de estudar o conceito de família manejado pela instituição, que cuida especialmente das crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, assim como a idéia de família que mantém os vitimados por esta mesma violência, que empreendemos este trabalho. Deste modo, nossos objetivos são:

1. Discutir a idéia de família contida nos discursos dos funcionários da Instituição S.O.S. Criança, criado na cidade de São Paulo, no ano de 1.988. E também observar as perspectivas desta instituição, no referente ao tipo de família que supõe reintegrar as crianças e adolescentes, vítimas de violência doméstica, através dos diferentes programas destinados às famílias e às crianças aí atendidos.

2. Conhecer o conceito de família manejado pelas crianças e adolescentes vitimados pela violência doméstica, através de entrevistas com os atendidos no S.O.S. Criança de São Paulo.

Com o desejo de dar resposta à pergunta-objeto deste trabalho, se realizaram visitas periódicas ao S.O.S. Criança durante um ano e meio, com vistas a observar o manejo dado por esta instituição aos diferentes casos de violência doméstica que ali se registravam, bem como ao discurso sobre a possibilidade de reintegração das crianças violentadas novamente junto às famílias. Também foi possível conhecer os programas dirigidos para a integração das famílias, e a partir deles perceber a que família se desejava reintegrar a criança e o adolescente vitimado.

Ainda, tomou-se dados estatísticos sobre a violência doméstica registrados durante o ano 1995 e 1996, com os quais se conseguiu observar de perto a complexidade da problemática. Por último, realizou-se 13 entrevistas entre crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, com objetivo de compreender a concepção de família que estes jovens trazem consigo. Mas, queremos deixar claro que se realizou este número de entrevistas tendo em conta a boa disposição das crianças e adolescentes para colaborar, respondendo às perguntas do roteiro feito antecipadamente. Este estava, entretanto, sujeito a mudanças para dar maior liberdade a os entrevistados, já que antes tudo nós somos conscientes da dificuldade que representava para estas crianças e

adolescentes o falar sobre o tema. Neste caso, fomos até este universo com a seguinte questão: que espera este indivíduo, que durante toda sua vida têm sofrido todo tipo de violência, da sociedade e, em especial, da família? Será que estas pessoas podem conformar uma família “ideal”? Que tipo de família estaria em condições de conformar? Também se realizou cinco entrevistas com funcionários da instituição para conhecer qual era seu discurso sobre a reintegração das crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, e a que família se pensa reintegrar estas crianças e adolescentes.

O texto resultante da presente dissertação estará dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo contém a discussão sobre o conceito de família e, em especial família brasileira, desenvolvido por estudiosos deste tema. O segundo capítulo, trata o referente à parte empírica, neste caso, a Instituição S.O.S. Criança, contendo a história da instituição, seus objetivos, o processo da denúncia e atendimento dos casos de violência registrados nesta, os projetos destinados à família, a procedência das crianças e adolescentes que são atendidos no S.O.S. Criança. O terceiro tratará sobre o discurso da Instituição sobre a proposta de reintegração familiar e social e, o tipo de família se pensa reintegrar as crianças e adolescentes vítimas de violência. O quarto tratará sobre as diferentes respostas dadas pelas crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica a respeito do ideário de família.

CAPITULO I

O que os estudiosos nos dizem sobre a família e suas mudanças

Sou filho da gota
fui templo de miséria
meu pai, um perdido
minha mãe, a megera.

(Sandra Mara Herzer em:

A Queda para o alto, 1991, p: 19)

O que os estudiosos nos dizem sobre a família e suas mudanças

1.1. A família patriarcal: uma herança de violência doméstica?

Em geral, tanto a UNICEF, que é uma organização de reconhecimento mundial, como o senso comum, discursam tendo como referência o modelo nuclear de família formado pelo pai, mãe e filhos, tomando-o como “o modelo ideal”. Mas, diante disto nos fazemos a seguinte pergunta: será que a atual família brasileira, está em condições de cumprir com estas funções, tendo em conta sua história de submissão e exploração desde a época da colônia, com a implantação do modelo patriarcal? Como descreve Almeida (1987), sobre a obra *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freire: “a estrutura da família patriarcal estabelece como desiguais as relações entre desiguais mas, amortece a violência desta relação de uma maneira específica, através da brandura e intimidade entre “superiores” e

“inferiores” que disfarça a exploração, a subordinação e a violência propriamente dita”. (Almeida, 1987, p: 17)

Como podemos notar, existiu desde a época colonial brasileira um duplo jogo na direção da autoridade patriarcal, onde se violentava, mas, entretanto, disfarçava-se esta situação, de modo que o senhor patriarca tinha todo poder sobre seus subalternos. Compartilhando esta idéia a respeito do modelo de família patriarcal Eni Mesquita, (1986) em sua obra *A família brasileira* nos diz que este modelo de estrutura familiar necessariamente enfatizava a autoridade do marido, relegando à esposa em um papel mais restrito ao âmbito doméstico.

Segundo a mesma autora, “as mulheres depois de casadas passavam da tutela do pai para a do marido, cuidando dos filhos e da casa, onde sua incumbência básica residia no bom desempenho do governo doméstico e na assistência moral à família, como também no desempenho da função doméstica que lhes estava reservada. Monocultura, latifúndio e mão-de-obra escrava reforçavam essa situação, ou seja, a distribuição desigual de poderes no casamento, o que como consequência criou o mito da mulher submissa e do marido dominador”. (Mesquita, 1986, p: 14)

E ainda ela no mesmo texto continua observando que a mulher era dominada pelo cônjuge no transcorrer da vida conjugal, na qual o marido como cabeça de casal, administrava os seus bens e os da esposa, os que esta tivesse ou viesse a ter.

O exposto por esta autora reforça a idéia a respeito do modelo patriarcal, onde a mulher submetia-se à autoridade do marido. Esta submissão da mulher faz referência à famosa frase de Capistrano para definir a família colonial “pai taciturno, mulher submissa, filhos aterrorizados”. E isto nos leva a fazer a seguinte pergunta: será que nas família Objeto de nosso estudo, se apresenta ainda esta situação de domínio da figura masculina? Vejamos o que nos diz Marisa Corrêa (1982), em seu texto *A família brasileira a respeito do modelo patriarcal*. Para esta autora, o modelo de Freire não corresponde à única forma de organização familiar, mas às formas de organização das famílias das classes dominantes. Segundo Corrêa, para estudar a família é preciso considerar as formas alternativas e diferentes das anteriores, as quais já estão presentes no interior da sociedade brasileira.

Consideramos que a proposta feita pela autora sobre a necessidade de estudar a família, tendo em conta os modelos alternativos e diferentes dos anteriores, é necessária já que como nos colocamos anteriormente, a família está mudando, dando lugar a novos tipos. Ou seja, família chefiada por mulheres, monoparentais, adotivas, compostas, tradicional, nuclear , extensa, etc.

Segundo Gilberto Velho, existem “*n*” tipos de família, embora de repertório limitado. Não há possibilidades infinitas, mas modelos básicos de organização de parentesco, que se expressam, inclusive, em tipos de famílias.

Também Gilberto Velho, citado por Socorro Pereira, ao tratar de família, indivíduo e subjetividade, afirma “não existir uma família brasileira”, (...), “sem dúvidas há diferenças relacionadas à classe social, a grupo de status, a grupo de *ethos*, tradições regionais, etc. A família patriarcal de Gilberto Freire, construída como modelo não é encontrada, contemporaneamente andando na rua, não é localizada; contudo, existe uma memória, algo semelhante, à família patriarcal. (citado por Pereira, 1991, p: 23)

Efetivamente, não se pode caracterizar a família porque existem vários tipos, embora o mais conhecido e valorizado de nossos dias seja a família composta de pai, mãe e filhos ou seja, a chamada família “nuclear“. A família patriarcal na sociedade atual, especificamente nas camadas pobres, vem sofrendo certas modificações com respeito ao manejo da autoridade dentro do grupo familiar, como o explica Cynthia A. Sarti (1990), na sua obra, *A família como espelho*. Segundo a autora, a autoridade na família pobre urbana se dá pela divisão sexual, na qual o homem é provedor e a mulher é a senhora da casa, existindo uma divisão complementar de autoridades que é posta em prática dentro do grupo doméstico. A autoridade da mulher está associada à forte valorização da figura da mãe e para ser reconhecida como tal se deve realizar como mãe no caso contrário, será apenas uma potencialidade, algo que não se completou.

Segundo Sarti, o valor da família para a população pobre destaca a família pensada e vivida como estrutura hierárquica, envolvendo relações de direito e

deveres recíprocos. Contudo este jogo ocorre fundamentalmente através da relação conjugal recíproca e complementar, mas esta se estende também aos consangüíneos, que aparece como favorável frente ao rompimento dos vínculos conjugais. Os freqüentes casos de separação e a constante gravidez entre as adolescentes das famílias pobres, leva à rede familiar à criação da estratégia de circulação de crianças para ajudar as mães a lidar com os cuidados da criança, estratégia muito comum entre as famílias pobres urbanas do Brasil.

Para esta autora, dentro das famílias pobres é importante viver a partir de regras de reciprocidade, dentro das quais as regras de obediência se definem como deveres e direitos recíprocos desenvolvendo relação das quais sempre se espera uma contrapartida.

Tomando como base a leitura de Sarti, percebe-se que a idéia da estrutura hierárquica nas famílias pobres representa para eles um valor, onde se desenvolvem papéis definidos a partir de regras recíprocas, contrariamente ao modelo patriarcal do período colonial, no qual como foi exposto, antes de tudo estava direcionada sob a imposição da figura paterna.

Como herança do período patriarcal e colonial restaram às famílias pobres do Brasil duas concepções fundamentais, relatadas por esta autora. Uma que diz respeito a ambigüidade com relação ao trabalho na vida destas pessoas, oscilando entre a visão escravista do trabalho — como um sinal negativo e mais difundido entre os jovens — e a concepção do trabalho como valor moral, sustentada pelos

pais de família e suas mulheres, para os quais o trabalho têm um valor moral vinculado ao status do trabalhador como o “ganha pão” do grupo doméstico. Além disto, diz a mesma autora, quando o casal trabalha recebendo sua remuneração, ao homem lhe corresponde prover as necessidades básicas e permanentes como moradia e alimento, e à mulher as extras. (Este extra será definido em função de como se provê o necessário). E ainda, sustenta a mesma autora, quando no lar o provedor masculino não existe, o trabalho remunerado da mulher modifica claramente a organização doméstica, em comparação com o modo tradicional, na medida em que o jogo de papéis familiares se altera pela falta dos pares pai, mãe, provedor, dona de casa.

Certamente, se pode perceber nestes grupos a existência de uma divisão sexual de funções dentro do grupo familiar. Tal como foi colocado anteriormente, esta é uma das questões imersas no contexto das mudanças da família. Segundo Sarti, estas mudanças, pelas quais estão passando as famílias pobres urbanas, se traduzem em sua fragmentação, com a instabilidade conjugal e a conseqüente dissolução dos papéis, o que significa um redimensionamento do modelo patriarcal da autoridade. Ou seja, se produzem certas mudanças na maneira de como era concebido tal modelo, havendo maior flexibilidade com respeito ao manejo da autoridade patriarcal.

É interessante destacar como se percebe nestas famílias dos setores pobres uma reestruturação dos papéis familiares, dando possibilidade a seus integrantes de

ter mais autonomia dentro do grupo familiar, contrariamente ao que acontecia no período patriarcal. Isto nos permite afirmar o que diz Gomes na *Revista Travessia*: “Evidentemente, no bojo das profundas e rápidas transformações por que passou e passa a sociedade brasileira, e em especial nas últimas décadas, marcadas pelo aprofundamento de uma pauperização crescente, a esfera familiar não está isenta de alterações”. (Gomes, 1991, p: 3). Segundo Goldani, na família se apresentam mudanças quanto ao modelo, ou seja, “... existem mudanças no sentido de um modelo mais informal ou mais democrático de relações nas famílias, onde a interdependência das trajetórias individuais substitui o conceito de dependência e os arranjos domésticos familiares brasileiros tomam novas formas, tamanhos e significados”. (Goldani, 1993, p: 100)

Goldani ressalta como no interior do grupo familiar atualmente acontecem mudanças significativas que dão aos seus integrantes mais liberdade.

Para Sarti, no texto *A Família Contemporânea em Debate* as mudanças ocorridas na família se relacionam com a perda do sentido de tradição. Vivemos numa sociedade onde a tradição vem sendo abandonada como em nenhuma outra época da história. O amor, o casamento, a família, a sexualidade, o trabalho antes vividos a partir de papéis preestabelecidos passam a ser concebidos como parte de um projeto no qual a individualidade conta decisivamente e adquire cada vez maior importância social. (Sarti, 1995, p: 43)

A vida familiar apresentou mudanças em todos os segmentos da população brasileira nestes últimos 20 anos. Dentro do tradicional casamento, a esposa e os filhos passaram a colaborar com o pai no sustento do lar através da vinculação ao mercado de trabalho. Entre as explicações mais comuns para estas mudanças nas estruturas familiares nos anos 80, estão a crescente e marcante presença das mulheres brasileiras nos espaços públicos nas últimas décadas, acompanhadas pelas discussões sobre feminismo, trabalho, desigualdades e direitos da mulher. A década de 80 abre perspectivas de maior organização e participação política dos diferentes segmentos sociais, o que se vê nas conquistas constitucionais e muito embora estas não resultem na melhoria da qualidade de vida para a maioria dos brasileiros, num primeiro momento. Mas Goldani nos diz:

“apesar de sua complexidade e discussões sobre a mesma, a referência comum nos discursos é o grupo de pessoas que reside em uma mesma casa, mantém laços de parentesco e dependência e mantém relações hierárquicas. Ou seja, parece haver um modelo hegemônico de família que o imaginário das pessoas constrói”. (Goldani, 1993, p: 88)

Aqui autora sustenta que apesar das mudanças existe no imaginário das pessoas um modelo que eles mesmos construíram.

Carvalho e Chalhub, citados por Sarti, mostram como a visão dos pobres “como classe perigosa manifestou-se no Brasil através dos legisladores, revelando que na virada do século, ser pobre tornava o indivíduo automaticamente perigoso à sociedade”. (Sarti, 1996, p: 26). Quer dizer, os pobres têm sido historicamente desqualificados e estigmatizados pelos grupos dominantes.

Esta situação não só acontece largamente no contexto brasileiro, como em muitos outros países pobres, como por exemplo a Colômbia, onde os pobres são rotulados pelos setores dominantes como os inferiores , coitados, e em muitos dos casos, caldo de cultura de delinquentes comuns, ou seja, existe o estigma que nestas famílias se geram filhos problemáticos e desajustados que não se submetem às normas legais da sociedade dominante. Com respeito ao estigma do pobre, Gomes (1991) nega a desorganização familiar atribuída às camadas pobres mais não a partir de uma defesa ingênua. Ao contrário, refuta-a porque defende a pluralidade de padrões familiares, que é incompatível com a divisão maniqueísta da sociedade em boa (organizada) e má (desorganizada). (Gomes, 1991, p: 7)

Aqui podemos dizer que o estigma do pobre está presente na cultura ocidental desde há muito tempo ou seja, com o fim da tradição, as classes pobres passaram a ser vistas como as “classes perigosas”. De modo que, esta

desqualificação do pobre não têm fronteiras, e sempre são os grupos dominantes os encarregados desta rotulação.

1.2. famílias pobres e violência doméstica: crise nas funções sociais?

Goldani no seu texto sobre *As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação* comenta que “de cada 100 brasileiros adultos, 46 consideram que a família no Brasil, já não cumpre com seu papel de provedora de afeto e recursos econômicos necessários a seus membros”. A autora se baseia na pesquisa realizada pela Standard, Ogilvy & Mather, que entrevistou 2.356 brasileiros, entre 18 e 60 anos de idade, de diferentes condições econômicas. A mesma autora diz: “a percepção ‘negativa’ — que associa as mudanças na família a idéia de perdas em geral — aparece reforçada pela degradação das condições de vida, pelas estatísticas recentes sobre violência, tráfico de crianças, menores abandonados, crimes passionais, bem como é estimulada pela mídia televisiva que trata de mostrar o amplo leque de estilos alternativos de vida”. (Goldani, 1994, p: 68)

As indicações da pesquisa realizada por Goldani nos remete ao indicado pela UNICEF, o da família ideal e o não cumprimento de suas funções. Com tal

expectativa, o não cumprimento das funções tradicionais atribuídas à família e a percepção disso pela população pode ser tomada como mais um fator de tensão no interior das famílias pobres urbanas. Mas essa forma de percepção está também em alguns autores que, ao não encontrarem essa organização tradicional junto às famílias pobres urbanas, entendem a diferença como sinal de desorganização familiar. Isto é observado por Gomes na revista *Travessia*, quando esta autora afirma que mudança é diferente de desintegração.

No entanto, deve-se considerar o papel do Estado neste processo de mudanças das funções dos papéis sociais atribuídos tradicionalmente à família. Este, ao deixar de cumprir suas atribuições básicas enquanto agente dinamizador das relações sociais, nas áreas de habitação, saúde, educação, segurança e saneamento básico, transfere para a família encargos e atribuições que seriam suas. Em decorrência, observa-se que as famílias pobres urbanas encontram enormes dificuldades de assumir tarefas tão complexas em tempos de transformações aceleradas. Isto no cotidiano se traduz aparentemente através das situações caracterizadas como de “desajuste”: violência doméstica, abandono de crianças, ou conflitos entre os membros da família.

A urbanização acelerada e desordenada dos grandes centros urbanos brasileiros, decorrente da intensa migração, associada a um contexto onde o Estado se distancia do cumprimento de suas funções sociais conduz a um agravamento das inúmeras carências sociais das famílias pobres. Mas este

descumprimento de funções por parte do Estado em relação às famílias pobres não é um elemento caracterizador de toda a condição social, segundo o assegura Sarti, citando um texto do antropólogo Oscar Lewis: “a cultura da pobreza nas nações modernas não é só uma questão de privações econômicas, de desorganização ou carência de algo. É também algo positivo e oferece algumas recompensas sem as quais os pobres dificilmente poderiam sobreviver”. (Sarti, 1996, p: 23) Esta idéia nos propõe que a cultura da pobreza conduz a uma estruturação\reestruturação contínua de redes familiares como estratégias de sobrevivência. O mesmo se pode pensar em relação aos padrões culturais constantemente rearticulados pelas famílias pobres.

Segundo Gomes, a família pobre pode ser, também, apreendida como “unidades culturais mais ou menos auto-contidas, com suas próprias redes de comunicação, seus próprios sistemas de valores e seus próprios padrões de comportamento aceitável”. (Gomes, 1991, p: 7) Hoje, observa-se que nas famílias pobres ocorre “menos a substituição de um padrão familiar e de um conjunto de valores por outros, do que o surgimento de um número cada vez mais amplo de padrões completamente diferentes”. (Gomes, 1991, p: 8) As diversas unidades culturais constituídas pelas redes de parentesco das famílias pobres, além de refletir nas condições de sobrevivência destas populações, acabam constantemente influenciadas pelos meios de comunicação, que atuam como

agentes redefinidores de processos culturais, de mudanças de valores ou de ampliação de sistemas sócio-culturais.

Dentro desta mudança de valores, encontramos a violência doméstica como um reflexo da distância existente entre a realidade quotidiana vivida pelas famílias carentes e os modelos ideais de vida e família projetados pela sociedade, pelo Governo e pela mídia.

Mas devemos lembrar que, a violência doméstica dirigida aos filhos pelos pais não é uma problemática nova. Segundo Carlos Marx, na sua obra *El Capital*, durante a Revolução Industrial na Inglaterra os pais empregavam seus filhos desde muito pouca idade, para ajudar no sustento do lar, nas grandes fábricas, apesar da proibição da legislação. Marx na sua obra nos assinala que: “*la cantidad de niños pequeños vendidos por sus propios padres para servir como máquinas humanas de limpieza de chimeneas llego a la cifra de por lo menos 2.000*”. (Marx, 1967, p: 382)

Como podemos perceber, a máquina fazia empregar a trabalhadores de pouca força física e pouco desenvolvimento corporal e mais ágeis. Assim, isto fazia aumentar o número dos assalariados, e submetia a todos os membros da família sem importar o sexo nem a idade. Como diz Marx : “*El trabajo forzoso en beneficio del capitalista no solo usurpo el lugar de los juegos infantiles, sino también el trabajo libre en la esfera doméstica, ejecutando dentro de la familia limites decentes para la familia misma*”. (Marx, p: 48)

O exposto anteriormente pelo autor nos leva a questionarmos como desde tempos atrás as crianças e adolescentes têm sido violados seus direitos, ao serem arrancados do seu mundo infantil para serem obrigados a entrar no mundo adulto, a cumprir com tarefas para as quais não estão preparados. Ou seja, a violência contra as crianças e adolescentes sempre esteve nos diferentes momentos na vida urbana e industrial.

Viviane Azevedo (1985), nos dá a conhecer o caso da menina Mary Ellen acontecido nos Estados Unidos no ano de 1878, no qual a criança era maltratada fisicamente por seus pais adotivos. Segundo a autora isto sucedia em uma época em que aos pais, de modo geral, lhes era assegurado todo o poder sobre seus filhos. Não existiam leis que pudessem garantir o direito das crianças. Devido a isto, membros de uma igreja, comovidos com a situação de Ellen, recorreram à Sociedade para a Prevenção da Crueldade contra os Animais, que prontamente interferiu no caso. A alegação usada foi a de que a criança era um membro do reino animal, e que, portanto, seu caso poderia ser regido pelas leis que punem a crueldade contra os animais. Como resultado deste acontecimento criou-se em 1871, na Cidade de Nova York, a Sociedade para a Prevenção da Crueldade contra as Crianças. (Viviane Azevedo, 1985, p: 39)

Conforme observa Almeida, na época colonial e durante o império os termos “exposto” e “enjeitado” eram recorrentemente empregados na sociedade brasileira para nomear a criança abandonada na Roda, já que segundo a autora era

mal vista a mulher que tivesse filhos sendo solteira, pois era muito importante conservar a “honra da família”. Num primeiro momento estes orfanatos tinham como objetivo acolher e absorver os frutos de amores ilícitos. Com o tempo, estas Instituições passaram a ser utilizadas também por outros motivos: famílias de classes pobres abandonavam seus filhos na Roda, por não possuírem meios materiais de mantê-los e criá-los. (Almeida,1987.p: 37) Segundo consta no texto de Jacques Donzelot este aparelho, primeiramente criado na França, consistia:

“de um cilindro cuja superfície lateral é aberta em um dos lados e que gira em torno do eixo da altura. O lado fechado fica voltado para a rua. Uma campainha exterior é colocada nas proximidades. Se uma mulher deseja expor um recém-nascido, ela avisa a pessoa de plantão acionando a campainha. imediatamente, o cilindro, girando em torno de si mesmo, apresenta para fora o seu lado aberto , recebe o recém - nascido e, continuando o movimento, leva-o para o interior do hospício. Dessa forma o doador não é visto por nenhum servente da casa”. (Donzelot, 1986, p: 30)

Denota-se no parágrafo anterior como as regras morais da sociedade permitiam certas violências — como o abandono de recém nascidos — para

proteger o que entende por honra e bons costumes. Podemos observar que nestes casos a violência acaba intrínseca à moral social.

Segundo Guerra (1995), a época contemporânea marca uma acentuada intervenção do Estado na vida familiar. Isto vinculou as crianças ao Estado, que começou a exigir dos pais o cumprimento dos deveres e obrigações para com as crianças. Portanto, estas passaram a ser vistas como pessoas, ou seja, cidadãos em formação. Alguns movimentos podem ser percebidos, a partir daí, na sociedade em termos da constituição e/ou destituição do “pátrio poder”.

Aqui já podemos ver como aos pais se começa a exigir o bom tratamento que devem dar a seus filhos, ou seja, esta intervenção do Estado na vida familiar se manifesta criando Instituições tipo FEBEM, na qual se cometem outros tipos de violências contra quem entrar ali, segundo o discurso, para serem “reeducados”. Mas, teríamos que analisar os depoimentos no livro *A queda para o Alto*, feito por Sandra Mara Herzer, ou Anderson Herzer, como ela passou a se autodenominar depois de assumir uma identidade masculina. Para demonstrar o quanto a Instituição pode ser violentadora em nome da disciplina, educação adequação aos padrões vigentes de comportamento. Esta autora afirma ter conhecido na FEBEM um lado mais cruel da vida, do que o já conhecido em seu lar.

No capítulo seguinte, daremos a conhecer a Instituição S.O.S. Criança, encarregada do atendimento de crianças e adolescentes vítimas de diferentes tipos

de violência doméstica e social, a qual tomamos para realizar a parte empírica do presente trabalho.

CAPITULO II

Instituição s.o.s. criança: um estudo empírico

Mas pai...

Enquanto você for vivo

eu vou a escrever um livro

pra dizer que não sou culpado.

Pois quem me dera ao invés de adotivo

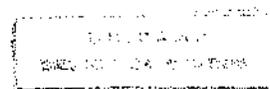
viciado, marginal e revoltado

eu fosse só, tão-somente

um menor abandonado.

(Sandra Mara Herzer, A um pai adotivo,

em: *A Queda para o Alto*, p:163)



Instituição S.O.S. Criança: um estudo empírico

2.1. História do S.O.S. Criança: formação e objetivos

O governo paulista, diante da preocupante situação de violência contra as crianças e adolescentes e com a intensificação dos movimentos Internacionais em benefício da infância e da adolescência, cria em 1987, a Instituição S.O.S. Criança, sob a direção da Secretaria de Estado do Menor, a qual é encarregada de definir as metas do governo, relativas ao atendimento integral dos cidadãos de 0 a 18 anos de idade, como também promover, coordenar, acompanhar e implementar programas de atendimento às crianças e adolescentes, entre eles programa S.O.S. Criança. A Instituição funciona na rua Piratininga, 85, no Bairro Brás, na Zona Leste de São Paulo, prestando seus serviços a todo o estado.

Segundo consta no material informativo, esta Instituição atende mais que tudo crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica pertencentes, sobretudo, às famílias pobres, as quais, são mais denunciadas frente aos órgãos públicos.

Segundo a entrevista realizada com Simone, funcionária da Instituição, a presença majoritária de vítimas oriundas das classes pobres obedece ao fato de ser estas classes que mais procuram os serviços públicos. Ainda por serem mais numerosas, as classes populares contribuem, em termos absolutos, com a maioria dos casos registrados. Ao contrário das classes mais favorecidas, que utilizam dos serviços privados de atendimento médico, psicológico e de educação, pagando pela discrição e sigilo.

Contudo, queremos deixar claro na presente dissertação que a violência doméstica se apresenta em todas as classes sociais. Como o expressou a comunicóloga do S.O.S: “Os pais das classes altas não querem que seus casos sejam registrados, ou sejam do conhecimento público”. (entrevista realizada em 9/07/97)

Segundo o material de divulgação da Instituição e conforme as entrevistas de alguns de seus funcionários, esta Instituição, desde o momento de sua criação, têm como função principal: “receber e encaminhar crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e/ou social, isto é os casos de violência à qual faz referência o artigo 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Este estatuto considera que a vida da criança ou adolescente se encontra ameaçada por vários tipos de situações como: abandono, tráfico, ou exploração por parte dos pais”.

Outra situação considerada de risco pelos educadores nas entrevistas é aquela na qual as crianças e adolescentes são vítimas de abusos, negligência e

maus tratos na família e nas instituições, como as que serão descritas pelas crianças ou adolescentes mais adiante. Além destas situações, os educadores indicam outras onde: “as crianças ou adolescentes são vítimas de trabalho abusivo e explorador por parte dos pais ou responsáveis. Ou seja, aqueles casos onde o adulto obriga às crianças ou adolescentes a trabalhar mesmo que não estejam qualificados para tal labor ou não tenham a idade para fazê-lo. E, por último, temos aquelas situações onde as crianças ou adolescentes se encontram em processo de prostituição, seja obrigados pelos pais, responsáveis ou levados pela necessidade”. A grande maioria das situações anteriores fazem parte da violência doméstica, assim definida pela Instituição:

“Todo ato violento contra as crianças ou adolescentes praticado por pais, parentes ou responsáveis, capaz de causar danos físicos, sexuais ou psicológicos. É bater, castigar, xingar, abusar sexualmente e tudo o mais que negue à criança seu direito de ser tratado com dignidade e respeito”. (Documento emprestado pela secretaria da Instituição)

Autores como Guerra definem violência doméstica como:

“Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e adolescentes que - sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima — implica de um lado uma transgressão de poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm, de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento”. (Guerra, 1995, p: 23)

Segundo consta no material emprestado pela instituição S.O.S. Criança, considera-se os seguintes tipos de violência: violência física, psicológica e sexual e negligência etc. Tal como podemos observar na tabela 1:

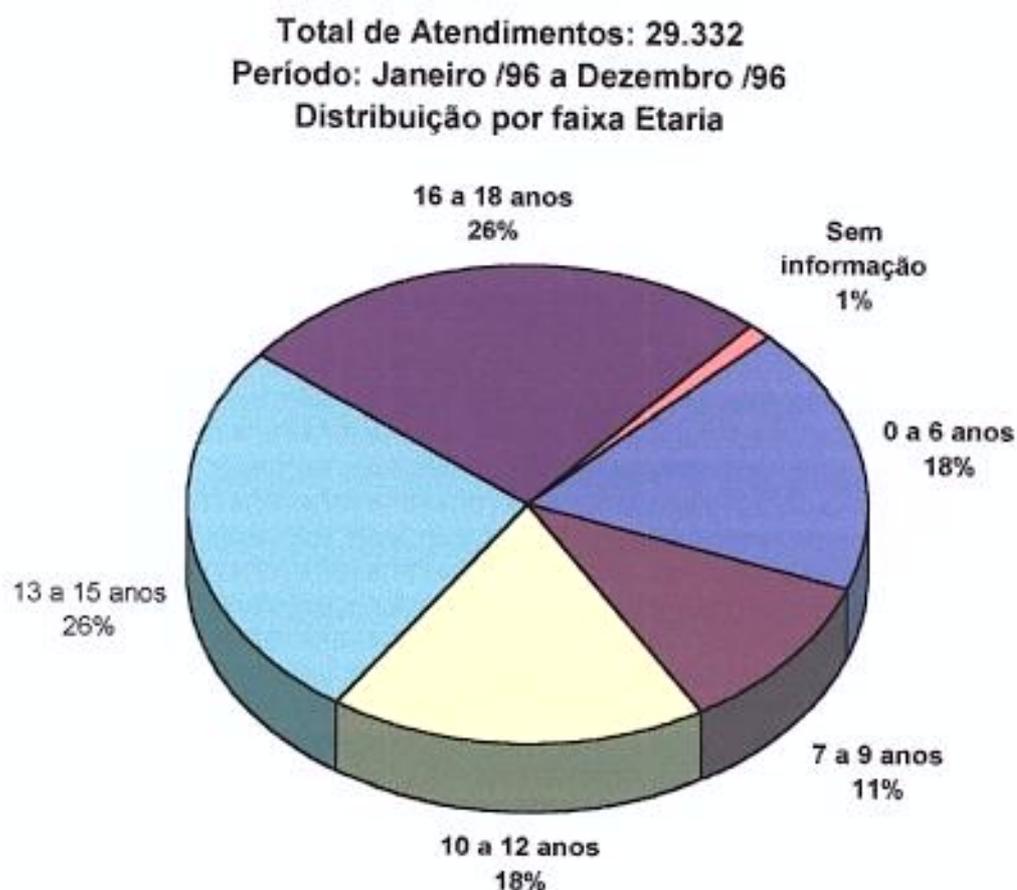
Total de atendimentos de 1996

| Caracterização dos grupos de Violência |
|--|
| Violência Física |
| Afogamento |
| Agressão com instrumento |
| Envenenamento |
| Golpeamento físico |
| Imobilização/ cárcere |
| Queimadura |
| Negligência abandono |
| Negligência privativa |
| Violência Psicológica |
| Ameaça/coerção |
| Depreciação |
| Rejeição |
| Violência Sexual |
| Atentado violento ao pudor |
| Ato libidinoso |
| Estupro |
| Tentativa de ato violento ao pudor |
| Tentativa de ato libidinoso |
| Tentativa de estupro |
| Prostituição |
| Outros Motivos de Violência |
| Alcoolismo /drogadição dos responsáveis |
| Dificuldade financeira |
| Doença dos responsáveis |
| Falta de moradia |
| Morte/ prisão dos responsáveis |
| Isolamento social / familiar |
| Situação de rua |

(tomado do boletim informativo SOS Criança, n. 3, maio 96)

Como podemos observar na tabela 1, cada tipo de violência têm uma divisão. Segundo os educadores podem ser provocadas tanto nas crianças como nos adolescentes colocando-os sempre na condição de vítimas do adulto.

No material estatístico apresentado pela secretaria da Instituição, pode-se observar que o número de casos registrados no S.O.S. Criança durante o período de janeiro a dezembro de 1.996 foi de 29.332 casos de violência contra as crianças e adolescentes. Ou seja, uma cifra alarmante. observemos o gráfico abaixo:



(Tomado da Boletim informativo do SOS Criança, n. 3, maio de 96)

Neste gráfico se pode perceber que as faixas etárias mais violentadas correspondem aos adolescentes entre 13 e 15 anos, e entre 16 e 18 anos.

Segundo Marques:

“a violência contra o adolescente assume características peculiares devido às mudanças físicas, intelectuais, sexuais e sociais que ocorrem nesta etapa de seu desenvolvimento. As habilidades cognitivas dos adolescentes são mais desenvolvidas do que as das crianças. As razões dos adolescentes são muito parecidas com as de os adultos, e isto traz um novo elemento para a complexidade das tarefas dos pais ou responsáveis. Os adolescentes têm uma força física maior que a das crianças, podem com maior habilidade estimular e desencadear conflitos familiares.” (Marques, 1994, p: 15).

Acreditamos que isto acontece, porque para estas famílias o fato do seu filho entrar na adolescência lhes parece suficiente para ajudar a colaborar no sustento do lar, e lhes parece normal exigir isso deles. Em muitos dos casos, como foi colocado por um educador, se apresentam certos desentendimentos entre pais e filhos o que conduz a enfrentamentos entre estes, que terminam em violência. Nas

entrevistas com as crianças e adolescentes internados no S.O.S, se pode perceber esta situação, tal como se pode ver em esta fala de uma adolescente:

“minha mãe é traficante, ela me maltratava porque eu não lhe dava dinheiro para comprar pinga, eu trabalhava e dava sempre para comprar as coisas para a casa, e o que sobrava ela queria que desse para ela”.

Segundo as estatísticas da Instituição do ano 96 se percebe que a negligência foi um dos tipos de violência mais registrados durante este ano. O qual podemos observar na tabela que apresentamos a seguir: são 2.035 casos de negligência registrados em um só ano, nas situações de: abandono, privação afetiva, privação alimentar, privação atendimento à saúde, privação de cuidados pessoais e higiene, privação de educação. Este tipo de violência doméstica segundo a Instituição consiste em:

“Omissão que coloca em risco a integridade física ou emocional da criança ou adolescente, pode ser por abandono ou por privação das necessidades básicas, como educação, atendimento de saúde e outras”.

TABELA N.2 (NEGLIGÊNCIA)

| Negligência | 00 a 06 anos | | | 07 a 09 anos | | | 10 a 12 anos | | | 13 a 15 anos | | | 16 a 18 anos | | | Sb total |
|---------------------------------|--------------|------------|-----------|--------------|------------|-----------|--------------|------------|----------|--------------|------------|-----------|--------------|-----------|----------|-------------|
| | M | F | S/I | M | F | S/I | M | F | S/I | M | F | S/I | M | F | S/I | |
| Abandono | 15 6 | 12 6 | 15 | 75 | 37 | 01 | 68 | 29 | - | 42 | 19 | -- | 12 | 14 | - | 594 |
| Privativa afetiva | 15 | 09 | 02 | 08 | 02 | - | 05 | 02 | - | 09 | 10 | - | 06 | 06 | - | 74 |
| Privativa alimentar | 46 | 42 | 13 | 20 | 16 | 01 | 14 | 17 | - | 05 | 06 | - | 05 | 01 | - | 186 |
| Privativa atendimento saúde | 08 | 08 | 01 | 04 | 03 | - | 03 | 03 | - | 02 | 02 | - | - | 02 | - | 36 |
| Privativa cui. pessoais higiene | 12 8 | 92 | 16 | 10 9 | 30 | 01 | 11 1 | 44 | - | 72 | 48 | - | 26 | 33 | - | 710 |
| Privativa educação/ estudos | 07 | 16 | 04 | 13 | 04 | - | 16 | 09 | - | 07 | 04 | - | 02 | 01 | - | 83 |
| Outras | 56 | 31 | 03 | 45 | 24 | - | 63 | 32 | - | 37 | 31 | 01 | 15 | 14 | - | 352 |
| TOTAL | 616 | 324 | 54 | 274 | 116 | 03 | 280 | 136 | - | 174 | 120 | 01 | 66 | 71 | - | 2035 |

Fonte: Boletim Informativo SOS Criança, n. 3, maio 96

Consideramos que este alto número de registros sobre este tipo de violência obedece ao exposto pelo coordenador da Instituição, Vítor Sapienza, na sua entrevista quando diz:

“Estas famílias já sofrem uma agressão social, vivem em um processo de miserabilidade vivem em regiões que não são

atrativas, onde não têm saneamento básico, não têm emprego, não têm saúde, não têm creche, não têm nada, essas famílias também têm sobre elas esse maldito progresso, essa mentira que faz com que o consumismo torne ao ser humano coisa, e a coisa humana?'. (entrevista realizada em 6/7/97)

Também se observa um alarmante registro de casos de violência física. Segundo as estatísticas se percebe que este tipo de violência é alto e se manifesta através de golpeamento físico, agressão com instrumento, queimadura, afogamento, imobilização/cárcere, envenenamento e outras.

TABELA N. 3 (VIOLÊNCIA FÍSICA)

| Violência Física | 00 a 06 anos | | | 07 a 09 anos | | | 10 a 12 anos | | | 13 a 15 anos | | | 16 a 18 anos | | | Sub total |
|-----------------------|--------------|------------|-----------|--------------|------------|-----------|--------------|------------|----------|--------------|-----------|-----------|--------------|-----------|----------|--------------|
| | M | F | S/I | M | F | S/I | M | F | S/I | M | F | S/I | M | F | S/I | |
| Golpeamento Físico | 110 | 130 | 26 | 81 | 48 | 01 | 53 | 60 | - | 27 | 36 | 02 | 08 | 17 | - | 599 |
| Agressão com Instru. | 36 | 39 | 04 | 27 | 18 | - | 29 | 18 | - | 17 | 19 | - | 05 | 06 | - | 218 |
| Queimadura | 02 | 05 | 01 | 07 | 05 | - | 01 | 06 | - | 01 | 01 | - | 01 | - | - | 30 |
| Afogamento | - | 06 | - | - | - | - | - | 01 | - | - | 01 | - | - | - | - | 09 |
| Imobilização / Cárcer | 08 | 11 | 03 | 07 | 03 | - | 01 | 05 | - | - | 03 | - | - | 02 | - | 43 |
| Envenenamento | 02 | - | - | 01 | 01 | - | - | - | - | - | - | - | - | 01 | - | 05 |
| Outras | 70 | 66 | 15 | 35 | 29 | - | 23 | 20 | - | 11 | 34 | - | 06 | 06 | - | 315 |
| TOTAL | 228 | 257 | 49 | 158 | 104 | 01 | 107 | 110 | - | 56 | 95 | 02 | 20 | 32 | - | 1219 |

Fonte: Boletim informativo SOS Criança, n. 3, maio 96

Segundo os funcionários entrevistados: “este tipo de violência está estreitamente relacionado com os outros tipos de violências como: a psicológica, negligência e sexual”. Consideramos que este alto índice de registros de violência física, se deve ao argumentado no discurso do coordenador:

“Estas famílias têm dificuldades de tudo tipo, econômicas, afetivas, de moradia, saúde, etc., com toda essa soma de agravantes faz com que elas, desencadeiem sua raiva sobre seus filhos”. (entrevista realizada em 6/7/97)

Nas entrevistas pudemos comprovar isto em alguns dos discursos das crianças e adolescentes: — *“Minha mãe me batia com fio, cabo de vassoura, com chinelo até ficar vermelho.”* Em outro discurso: — *“Meu pai me batia, quando bebia”.* Ou ainda: — *“Minha mãe me batia com o que ela tivesse pela frente”.* (entrevistas realizadas em 02/06/1997)

Percebemos através destes discursos como os pais “castigam” aos seus filhos de forma desmesurada e sem noção dos limites. Seria esta violência um reflexo da pressão desmesurada e do abandono por parte da sociedade, como observou Sapienza?

Autores como Assis, definem este tipo de violência como:

“Qualquer ação, única ou repetida não acidental (ou intencional), cometida por um agente agressor adulto (mais velho que a criança ou adolescente), que lhes provoque dano físico. O dano provocado pelo ato abusivo pode variar de lesão leve às conseqüências extremas como a morte”. (Assis, 1994, p:17)

Aqui o autor faz referência ao exposto pelos educadores nas entrevistas quando dizem que esta violência é provocada pelo adulto. Vale lembrar aqui que ao pai da família patriarcal cabia o direito de castigar, usando inclusive violência física ou seja, há uma farta tolerância cultural enquanto à violência doméstica e um suposto direito dos “mais velhos” em “corrigir” os mais novos. A questão que preocupa é que certos limites podem ainda ser tolerados e em geral, ao S.O.S. chegam as denúncias de casos mais graves, onde as crianças e adolescentes já correm risco físico, isto é, são os casos de violência que podem até causar a morte do menor.

Outro tipo de violência registrado na Instituição é a violência psicológica nas seguintes modalidades: rejeição, ameaça/coerção, depreciação, outras.

Durante o ano de 1.996 foram registrados 204 casos por este tipo de violência.

Autores como Deslandez definem a violência psicológica como:

“a interferência negativa do adulto (ou pessoa mais velha) sobre a competência social da criança, produzindo um padrão de comportamento destrutivo”. (Deslandez, 1994, p: 15)

Em uma das entrevistas pudemos perceber este tipo de violência pelo relato de uma criança assim:

“Minha família me abandonou, meus pais de verdade desapareceram, então eu fui adotado, logo minha mãe adotiva morreu, meu pai adotivo conseguiu outra mulher e eles os dois me fechavam em um quarto e me assustavam, eles faziam bruxaria e me ameaçavam, eles eram muito maus”. (entrevista realizada em 03/06/1997)

Tal como podemos ver na tabela abaixo, há um (relativamente) baixo índice de denúncias de casos de violência psicológica (204 contra 1219 de

violência física, contra 2035 casos de negligência) em relação aos outros tipos de casos denunciados.

TABELA N. 4 (VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA)

| Violência Psicológica | 00 a 06 anos | | | 07 a 09 anos | | | 10 a 12 anos | | | 13 a 15 anos | | | 16 a 18 anos | | | Sub total |
|-----------------------|--------------|-----------|-----------|--------------|-----------|----------|--------------|-----------|----------|--------------|-----------|----------|--------------|-----------|----------|------------|
| | M | F | S/I | M | F | S/I | M | F | S/I | M | F | S/I | M | F | S/I | |
| Rejeição | 03 | 07 | - | 08 | 02 | - | 11 | 04 | - | 16 | 12 | - | 05 | 06 | - | 74 |
| Ameaça de Coerção | 04 | 04 | 05 | 04 | 04 | - | 08 | 10 | - | 11 | 14 | - | 09 | 11 | - | 84 |
| Depreciação | 01 | - | - | 02 | - | - | - | - | - | - | 02 | - | 01 | 03 | - | 09 |
| Outras | 02 | 03 | - | 03 | 02 | - | 06 | 60 | - | 05 | 04 | - | 04 | 02 | - | 37 |
| Total | 10 | 14 | 05 | 17 | 08 | - | 25 | 20 | - | 32 | 32 | - | 19 | 22 | - | 204 |

Fonte: Boletim informativo SOS Criança, n. 3, maio 96

Isto demonstra que este tipo de violência é bem menos identificada enquanto tal, apesar de muito comum. No caso de um adolescente entrevistado, vale observar que, segundo ele próprio afirmou, foi preciso que ele mesmo descobrisse uma estratégia para “livrar-se” dos pais adotivos. Talvez pudéssemos pensar que este é um padrão de violência só identificável em casos extremos.

Também se pode observar nos dados estatísticos do ano 1996 que foram registrados 113 casos por este tipo de violência nas modalidades de estupro, ato

libidinoso, prostituição, tentativa de ato libidinoso, tentativa de estupro. Autores como Hélio Oliveira a conceitualizam assim:

“é uma forma presente de violência doméstica, geralmente mantido em silêncio, mascarado pela revolta, pela conspiração dos sentimentos de impotência, passividade e submissão”.

(Santos, 1991, p :25)

Em uma das entrevistas, uma adolescente nos relatou suas experiências sobre este tipo de violência:

“Meu pai me batia, porque ele queria forçar a fazer essa coisa essa coisa, ele fez estupro e quando contei para minha mãe ela não acreditou e me bateu tão forte que eu ainda lembro de tudo.” (entrevista realizada em 03/06/1997)

Como se pode observar do depoimento anterior, e como confirma os estudiosos do tema, a violência sexual ocorre, na maioria dos casos, na própria família, que em geral mantém em segredo dito fato, contribuindo desta maneira

para o que alguns autores chamam “o complô do silêncio”. (Ver a respeito Azevedo, 1991)

TABELA N.5 (VIOLÊNCIA SEXUAL)

| Violência Sexual | 00 a 06 anos | | | 07 a 09 anos | | | 10 a 12 anos | | | 13 a 15 anos | | | 16 a 18 anos | | | Sub total |
|--------------------------------|--------------|-----------|-----------|--------------|-----------|----------|--------------|-----------|----------|--------------|-----------|----------|--------------|-----------|----------|------------|
| | M | F | S/I | M | F | S/I | M | F | S/I | M | F | S/I | M | F | S/I | |
| Estupro | - | 04 | - | - | 02 | - | 01 | 04 | - | 01 | 11 | - | - | 07 | - | 30 |
| Ato libidinoso | 01 | 02 | 02 | 02 | 02 | - | 01 | 02 | - | 03 | 03 | - | - | 02 | - | 20 |
| Prostituição | - | - | 03 | 01 | - | - | - | 01 | - | 04 | 06 | - | 02 | 08 | - | 25 |
| Tent. de ato libidinoso | - | 01 | - | - | - | - | - | 01 | - | 02 | 03 | - | - | 01 | - | 08 |
| Atent. violento ao pudor | 03 | 04 | - | - | 02 | - | 03 | 01 | - | - | 01 | - | - | - | - | 14 |
| Tent. Atent. violento ao pudor | - | 01 | - | - | - | - | - | - | - | 01 | - | - | - | - | - | 02 |
| Tentativa de estupro | - | 01 | - | - | 01 | - | - | 02 | - | - | 04 | - | - | 01 | - | 09 |
| Outras | - | 01 | - | - | - | - | - | - | - | 01 | 02 | - | - | 01 | - | 05 |
| TOTAL | 04 | 14 | 05 | 03 | 07 | - | 05 | 11 | - | 12 | 30 | - | 02 | 20 | - | 113 |

Fonte: Boletim informativo SOS Criança, n. 3, maio de 96

O baixo índice de denúncias, o menor de todos os tipos de violência registrados, comprovam o que afirmam os autores. Vale lembrar que no caso dos adolescentes, a sociedade machista brasileira, comumente acredita na convivência

e pré-disposição para o ato. Veja-se o depoimento da adolescente, citado acima, cuja mãe se recusou a acreditar em sua própria denúncia.

2.2. O Processo da denúncia e atendimento

Segundo informações dos funcionários, os casos de violência doméstica são registrados na Instituição efetuando o seguinte processo: “as denúncias de violência doméstica contra crianças ou adolescentes se realizam através do fax ou telefone, sendo este último o mais utilizado pelos notificantes”.

Segundo os educadores, pelo fato de ser o telefone o que mais proteção oferece aos denunciantes, facilita para que as pessoas percam o medo de fazer a denúncia dos casos de violência. Os educadores nos informam que estas denúncias sobre violência doméstica são recebidas pela equipe técnica, formada por psicólogos, assistentes sociais e educadores. No momento da denúncia esta equipe preenche uma ficha com os dados das crianças ou adolescentes na qual constam o nome, idade, endereço onde se encontra, o tipo de violência a que está sendo submetida, procedência da notificação (parente, vizinho, própria criança ou adolescente, hospital, policial, pais/responsáveis). O S.O.S. Criança não exige a

identificação do notificante, protegendo-o. Trata-se de um serviço que funciona 24 horas, inclusive fins de semana e feriados.

Depois, esta ficha de registro é encaminhada pela equipe técnica que analisa os casos, dando maior prioridade àqueles nos quais a vítima é uma criança pequena, ou um adolescente que corre risco de vida. Uma vez analisados os casos, a equipe técnica faz a visita domiciliar à família denunciada para constatar a violência a que está sendo submetida a criança ou adolescente. Comprovada a violência, a equipe têm autonomia de retirar a criança ou adolescente do lar, se considerar que ela está correndo risco de vida, levando-o à Instituição S.O.S. Criança. Recolhidas, as crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, entram a participar no que a Instituição chama de etapa de acolhimento, a qual, segundo Mércia funcionária do S.O.S. entrevistada nos informou, consiste em realizar uma série de atividades tendentes a melhorar a aparência pessoal das crianças e adolescentes. Estas são dirigidas pelos educadores, tal como informa o seguinte roteiro de atividades:

“Em primeira instância se realiza a etapa de higienização que consiste em que as crianças e adolescentes, sob a direção dos educadores, tomem banho, escovem os dentes e recebam orientações gerais sobre higiene e cuidados corporais, depois eles recebem o que eles chamam de “kit” contendo lanches e

uma refeição, logo, são levados ao cabeleireiro onde lhes fazem cortes e tratamento de capilar. Também são levados ao médico e odontólogo: Logo, a criança ou adolescente pode ir dormir dentro da Instituição até ser realizado o encaminhamento ao abrigo respectivo”. (informativo S.O.S.)

Segundo Simone, educadora entrevistada, na Instituição existem “oficinas de saúde”, as quais oferecem informação sobre doenças sexualmente transmissíveis e uso indevido de drogas, com a utilização de recursos audiovisuais. Segundo ela, a frequência a estas oficinas, tanto das crianças como dos adolescentes é bastante notória.

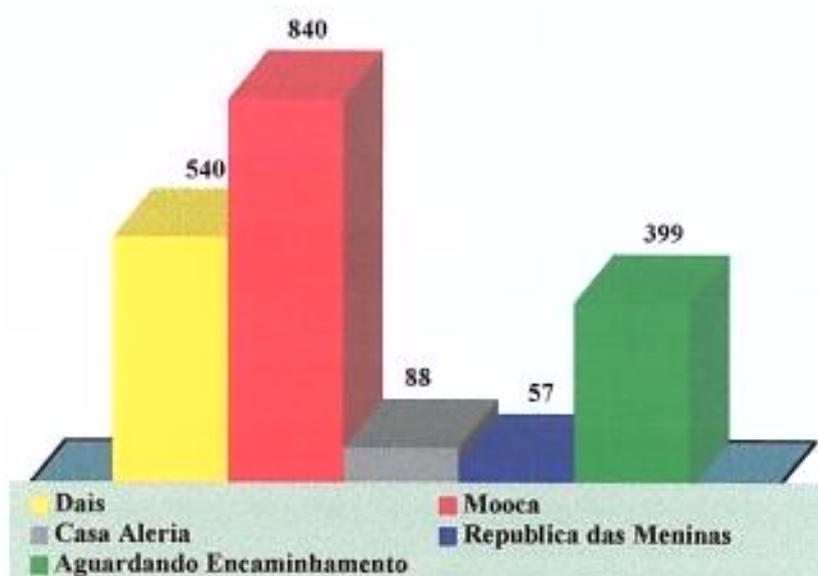
Pelo material informativo da Instituição, os abrigos para onde são enviadas as crianças ou adolescentes que são retirados do lar por motivo de violência são divididos em quatro tipos:

- Casa Alegria : Neste local permanecem crianças de ambos sexos de 7 a 11 anos e 11 meses,
- DAIS: Neste local permanecem adolescentes de sexo masculino de 12 a 18 anos.
- República das Meninas : Destinada a adolescentes de sexo feminino de 12 a 18 anos;

- Abrigo Moóca: Para adolescentes de sexo masculino de 12 a 18 anos, aguardando encaminhamento no S.O.S. Criança: A Instituição aloja aquelas crianças ou adolescentes aos quais não pode colocar no abrigo”.

Embaixo observamos o material estatístico fornecido pela Instituição, no qual estão registrados o número de crianças ou adolescentes atendidos nos abrigos no ano de 1.995

TOTAL DE ATENDIMENTOS EM ABRIGOS

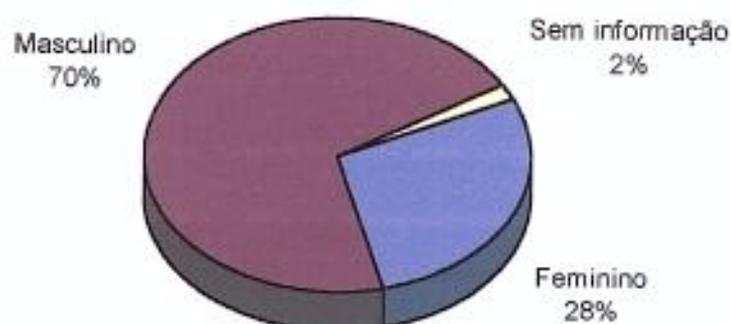


(Tomado do Boletim informativo SOS Criança, n. 3, maio 96)

Pode-se analisar no gráfico, que o abrigo que mais teve atendimento foi o da Moóca, no qual se encontram adolescentes de sexo masculino, o que nos indica que na atualidade a violência doméstica é mais dirigida aos adolescentes de sexo masculino de 12 a 18 anos. Para constatar isto, vejamos o gráfico abaixo:

TOTAL DE ATENDIMENTOS DE 1996

Total de Atendimentos: 29.332
Período: Janeiro /96 a Dezembro /96
Distribuição por Sexo



(Tomado do Boletim informativo SOS Criança, n. 3, maio 96)

No gráfico acima pudemos observar que 70% das vítimas de violência são de sexo masculino o que contradiz a teoria exposta por Guerra, a qual sustenta que: “as vítimas podem ser de ambos sexos com um leve predomínio do sexo feminino, principalmente na adolescência, de 0 a 18 anos”. (Guerra, 1989, p:23)

Apesar do índice alarmante da violência retratada até aqui, a própria Instituição observa que ainda existem muitos casos que não chegam ao conhecimento dos poderes públicos, porque ainda há muito temor de se fazer a denúncia de violência contra pais e filhos, pelas represálias que possa tomar o agressor contra o denunciante ou a própria vítima. Isto se pode comprovar pela alta utilização do telefone, como garantia de segurança para a pessoa que faz a denúncia do caso. Neste caso, podemos perceber como o Governo reconhece suas próprias falências ao criar o telefone como meio para fazer as denúncias, porque reconhece que, do contrário, ninguém se atreveria a denunciar. O qual nos sugere, que indiretamente, o Governo propicia o que chamamos o “complô do silêncio”, ao não oferecer as mínimas condições de segurança para estas pessoas que, sabendo do risco que correm, se atrevem a denunciar. Mais aqui nos cabe o seguinte questionamento: o que acontece nos casos nos quais ninguém se atreve a denunciar por falta de medidas que garantam a segurança do denunciante?

Segundo a Instituição, a violência doméstica também apresenta um índice alto contra crianças pequenas, cujas evidências recebem o nome de “síndrome da criança espancada”. Refere-se usualmente a crianças de zero a 6 anos, que sofreram ferimentos inusitados, fraturas ósseas, queimaduras e outros tipos de lesões. Essas lesões geralmente ocorrem em épocas diversas, em diferentes etapas e são sempre inadequadas ou inconscientemente explicadas pelos pais. O

diagnóstico têm que se basear em evidências radiológicas dos ferimentos repetidos.

Segundo os funcionários, nos casos de retirada de crianças pequenas do lar, estas são levadas à instituição Sampaio Vianna, onde lhes oferecem os cuidados necessários, enquanto o Judiciário dita as medidas protetoras, entre elas a adoção. Existe também a “casa de retaguarda”, instalada em uma fazenda do governo, onde se atendem às crianças em idades entre 0 e 5 anos. Também são encaminhados os pais para serem tratados pelos psicólogos e trabalhadores sociais. Se, depois deste tratamento, a instituição considerar que a família não está preparada para receber a criança, esta é colocada em processo de adoção.

2.3. Projetos realizados na Instituição para as Crianças ou adolescentes.

Segundo consta no informativo, a revista S.O.S. Criança de 3 de janeiro de 96, e nas entrevistas com os educadores, a Instituição cria uma série de projetos como a Moeda Legal posta em prática a partir de 1996, com o qual a Instituição pretende, junto com outras ações, acabar com a “cultura da esmola”. Segundo entendem, a “cultura da esmola”, além de prejudicar a auto-estima da criança,

envolve ações prejudiciais que passa pelo traficante de drogas e chega aos “pais de rua”(entendesse como pai de rua aqueles adolescentes mais velhos que exploram aos mais pequenos através da prostituição, tráfico de drogas, roubos).

O projeto em menção têm como objetivo desestimular a permanência das crianças nas ruas da cidade, por meio da utilização da “moeda legal” a qual é distribuída nas bancas instaladas nos principais pontos da cidade, onde se percebe que existe um número elevado de crianças e adolescentes perambulando. É dada às crianças ou adolescentes pelas pessoas ao serem abordadas, em vez da tradicional esmola. Estas pessoas também podem adquirir a “moeda legal” nos postos de gasolina ao abastecer seus veículos.

Da posse da cédula de “1 Legal” o menor pode comparecer ao S.O.S. Criança, onde a deposita como crédito em seu nome no “Banco” montado no interior do prédio da instituição. Além da cédula do “Legal”, ele pode “engordar” sua “conta bancária” freqüentando um ou mais cursos oferecidos pelo S.O.S. Se a criança ou adolescente têm uma conduta desejável pelo “Regulamento do Legal”, contará como crédito no “Banco Legal”. Esse crédito viabiliza a participação em uma série de atividades, e poderão ser utilizados, na sala de jogos do S.O.S. em passeios organizados pelos educadores ao Playcenter, zoológico, jogos de futebol, assistir a shows e na compra de produtos que estarão “a venda” no “Shopping Legal”, localizado também dentro do S.O.S. Criança. (ver anexo)

Outro projeto é “Socializar para Recuperar”, que segundo os funcionários, gera recursos e subsídios através da participação de cidadãos que apadrinham crianças e adolescentes, contribuindo na formação educacional, profissional e social. Segundo eles, além de oferecer suporte emocional, os padrinhos atuam também como voluntários, ministrando cursos educacionais, culturais e esportivos como: artes gráficas, panificação, computação, corte e costura, cabeleireiro, espanhol, telefonista, pinturas em tecido, datilografia, teatro, inglês básico, educação musical, fotografia, capoeira, iniciação em locução, dança afro, artes plásticas, tecelagem manual, alfabetização, etc. Segundo Eduardo funcionário da Instituição, este projeto é muito importante já que gera vínculos afetivos indispensáveis para estas crianças e adolescentes.

Outro funcionário nos informou a frequência aos cursos é controlada pela chamada a listagem, que faz o educador. Dependendo o curso frequentado pela criança ou adolescente este poderá ganhar pontos a seu favor os quais irá depositar no “banco legal”, que funciona dentro da Instituição, onde preenche vários formulários, para abrir sua conta (ver anexos). No caso de desistência, perderão pontos. Cada curso frequentado têm um valor assim: alfabetização vale 20 pontos, datilografia 10, serigrafia 10, panificação 15, fotografia 10, corte e costura 8, pintura em tecido 6, tear manual 15, gráfica 10, inglês 15, computação 6, e Telecurso 2000 que vale 50 pontos. Depois da conclusão dos cursos, os

sindicatos, juntamente com o S.O.S. Criança, incumbem-se de estabelecer o contato entre as crianças e as empresas interessadas em seus serviços.

Do exposto acima podemos intuir que neste projeto está implícita a disciplina como uma estratégia para obter “ordem” e “cumprimento” do estabelecido pela Instituição. Concordamos então com a idéia de Foucault ao afirmar que esta faz referência à “arte do bom adestramento”, que segundo ele “fabrica indivíduos”; ou seja, “ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício”. (Foucault, 1.994, p: 153), como podemos perceber, para a realização dos diferentes cursos se precisa do cumprimento da ordem estabelecida dentro da Instituição, isto é, cumprir com a disciplina. Nos cabe aqui o seguinte questionamento até que ponto não seria mais formativo para estas crianças e adolescentes deixar que eles mesmos escolham o curso que mais os interessem, sem que houvesse uma pressão sublimar, disfarçada no caráter valorativo atribuído a cada atividade?

Subentende-se que depois da conclusão dos cursos, estas crianças e adolescentes devam ser captados pelo mercado de trabalho para serem reintegrados à sociedade. Segundo o Boletim Informativo da Instituição esta proposta conta com apoio de alguns sindicatos como o dos Panificadores, dos Comerciários, das Costureiras e dos Cabeleireiros. (Boletim N.o 4, p: 10) Na realidade, vemos que isto não se cumpre, já que existe uma “rotulação” sobre

crianças e adolescentes. Ao entrevistar o coordenador da Instituição, Vítor Sapienza, este nos comentou como a sociedade civil não responde ante esta expectativa, relatando que é comum ocorrerem casos como aquele em que uma adolescente que foi colocada em uma empresa, e o chefe ao inteirar-se de que ela era uma ex-criança em situação de rua, tentou convencê-la à prática sexual. Esta situação nos faz pensar como a mesma sociedade se encarrega de negar qualquer possibilidade de mudança, faz o discurso contra as crianças e adolescentes em situação de rua como indivíduos perigosos. Ou seja, a idéia de reintegração não parece ser tão simples, uma vez que a sociedade estigmatiza, favorece, estimula e pratica novas violências a estas vítimas não permitindo tão facilmente o espaço para estas crianças realizarem um desejo tão elementar: “eu só quero mudar de vida, demonstrar que mudei”, como afirmou um adolescente em uma entrevista.

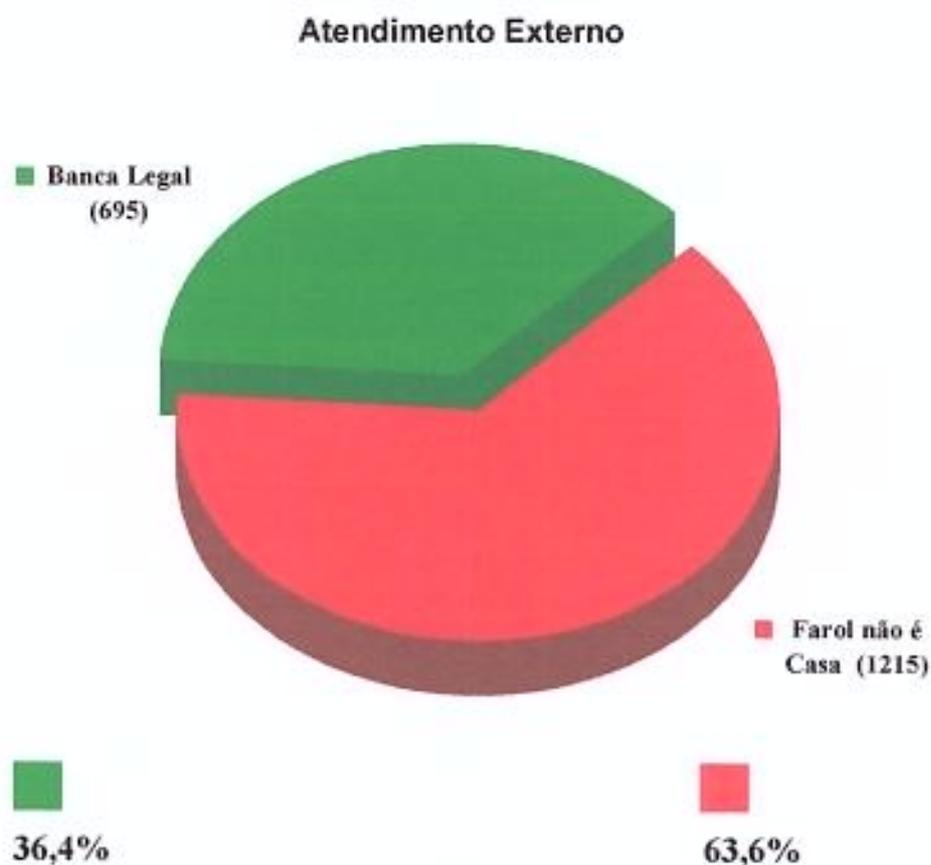
Outro projeto mencionado pelos funcionários foi “ajude-os a voltar para casa”, que, segundo eles, teve início no dia 11 de abril de 1995 em parceria com a empresa Copagás. Este visa a localização de crianças desaparecidas. A empresa passou a incluir nos rótulos de seus botijões de gás fotos de crianças e adolescentes desaparecidas, com seus nomes, idades, cidades onde desapareceram e o telefone do S.O.S. Criança de São Paulo, que deve ser procurado caso a criança seja encontrada.

Existem outros projetos além dos já citados que são realizados fora do S.O.S. como o “Farol não é casa”. Consiste na localização e abordagem de

crianças e adolescentes que vivem nas ruas pela equipe de educadores do S.O.S. Criança, que percorre as ruas da cidade tentando abordá-las.

Também é realizado o projeto “Banca legal”, que são pontos de atendimento às crianças e adolescentes, onde podem adquirir um ”legal” com o qual têm direito aos serviços do S.O.S. Criança. A estes lugares também podem ir as pessoas que queiram doar artigos como: roupas, artigos de papelaria, comida, brinquedos, em troca recebem um legal o qual será dado a uma criança em vez da tradicional esmola. Outros donativos feitos pela população são levados ao S.O.S. Criança onde são selecionados. Dessa forma, deixam as roupas usadas para serem utilizadas pelas crianças e adolescentes no momento da chegada à instituição, as novas e demais artigos são levados para o *mini-shopping* o qual é composto por *stand*, separados de acordo com os produtos em exposição. Para comprá-los as crianças ou adolescentes utilizam os cheques legais, os quais são adquiridos com os pontos que ganham participando dos cursos existentes dentro da instituição. Segundo a Instituição, estas bancas têm como objetivo aproximar as crianças, adolescentes e comunidade a todos os projetos em andamento no S.O.S. Criança. Foram instaladas diversas bancas, identificadas com o logotipo da “campanha legal” em locais estratégicos da cidade de São Paulo. Estas bancas contam com a presença de profissionais do S.O.S. que, via computador, têm acesso a diversas informações relativas aos projetos e necessidades do S.O.S. e a situação das crianças de rua de São Paulo.

No gráfico podemos observar o atendimento feito pelo projeto “Farol não é casa” e “Banca Legal” a cidade de São Paulo.

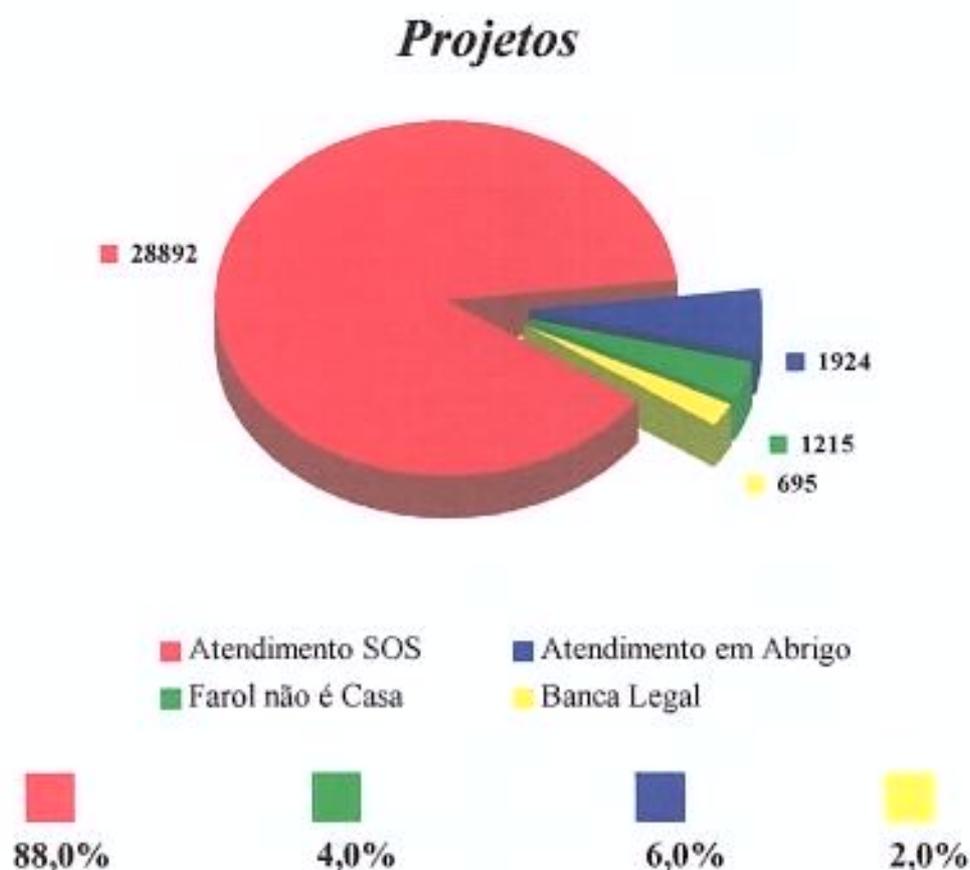


(Tomado do Boletim informativo SOS Criança, n. 3, maio 1996)

Segundo o gráfico acima, o projeto “Farol não é casa” têm um atendimento em número ao da “banca legal”. E isto se deve, provavelmente, ao fato de que esta atividade depende de um contracto direto entre as crianças e adolescentes com os

funcionários da Instituição, os quais são preparados para levar a cabo o dito projeto, e o projeto banca legal não têm a mesma acolhida porque requer a ajuda da comunidade e da população em geral, a qual não se sensibiliza como espera o S.O.S. ante esta problemática.

Segundo se observa no gráfico abaixo, o total de atendimentos em todos os programas do S.O.S, no período de Janeiro a Junho de 1.996, é de 32.726 no período.

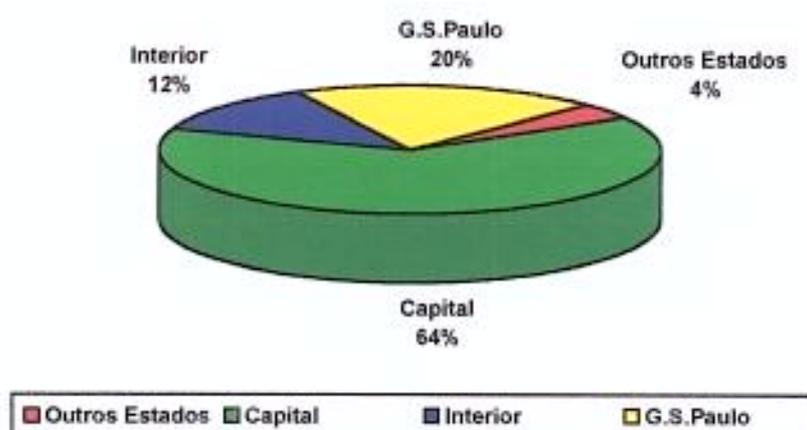


(tomado do Boletim informativo SOS Criança, n. 3, maio de 1996)

2.4. Procedência das crianças e adolescentes atendidos no S.O.S. Criança

Segundo consta na revista S.O.S. Criança de 3 de maio de 1996, a “clientela” (crianças e adolescentes) atendida pela entidade S.O.S. Criança na sua grande maioria procede da cidade de São Paulo, como podemos observar no gráfico seguinte:

Distribuição por procedência identificada



(Tomado do Boletim informativo SOS Criança, n. 3, maio 1996)

Pelo comentado até o momento podemos concluir que tanto a violência doméstica como a violência social apresenta um alarmante número de registros de clientela procedentes de diferentes regiões do Estado de São Paulo, o que dá para

perceber como no interior da sociedade brasileira existe um alto índice de violência, a qual têm múltiplas manifestações, como o sugere Pereira:

“a violência é um dos produtos ou subprodutos de um sistema político econômico injusto, que contamina todas as atividades do homem (...), um sistema que age em nome dos privilegiados”.

(Pereira, 1994, p: 42)

Dá para dizer que, na raiz dessa injustiça, está um sistema sócio-econômico ruim, porque baseado na desigualdade, que produz cada vez mais riqueza e poder para uns poucos, pobreza, submissão e miséria crescente para a grande maioria. Dentro dessa maioria se encontra um número elevado de crianças e adolescentes, os quais são obrigados pela miséria de seus pais, a esgueirar-se por diferentes espaços urbanos buscando alguma forma de sobrevivência.

No capítulo seguinte vamos dar a conhecer o que pensam os funcionários da Instituição S.O.S. Criança sobre o discurso da reintegração das crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e o tipo de família à qual se pensa reintegrá-las.

CAPÍTULO III

Discurso da instituição sobre a necessidade da reintegração familiar e social.

De Herzer,

alguém que acredita nas plantações do destino
e que em todo lugar que recebamos ajuda,
existe sempre uma flor,
basta apenas que se aspire o seu perfume.

(Sandra Mara Herzer,

“Minha confissão” em: *A Queda para o alto*, p: 200)

Discurso da Instituição sobre a necessidade da reintegração familiar e social.

Foram realizadas cinco entrevistas com os funcionários da Instituição S.O.S. Criança, no período de maio a julho de 1.997. Estes funcionários são educadores, sociólogos, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais e monitores. Empregou-se um roteiro com duas perguntas, mas tentou-se dar liberdade para que nossos entrevistados se expressassem livremente.

3.1. Discurso dos Funcionários sobre a reintegração das crianças e adolescentes.

Podemos observar que, segundo o teor freqüente dos seus discursos, a maioria dos funcionários do S.O.S. Criança considera que se faz necessário reintegrar as crianças e adolescentes à uma família que tenha o que chamam de uma “estrutura básica”:

NOME: Flávio (entrevista em 06/07/97)

FUNÇÃO: Orientação e Apoio Jurídico

ENTREVISTADORA: Flávio, que é reintegração?

FLÁVIO: — “É colocar as crianças ou adolescentes em um lar que tenha um vínculo afetivo e uma estrutura familiar. É muito importante o vínculo afetivo, seja em uma família substituta ou na família biológica”.

NOME: Walter (entrevista em 02/07/97)

FUNÇÃO: educador

ENTREVISTADORA: Walter, que é reintegração?

WALTER: — “É colocar uma criança ou adolescente no lar que tenha uma estrutura”.

NOME: Simone (entrevista em 02/07/97)

FUNÇÃO: comunicóloga

ENTREVISTADORA: Simone, que é reintegração?

SIMONE: — “É resgatar a cidadania dessas crianças e adolescentes colocando-as em um ambiente ideal, dando-lhes uma estrutura familiar básica”.

Como podemos observar nestas falas, existe uma apropriação do “bom discurso do Governo”. Ou seja, estes trabalhadores sociais referem-se à uma situação ideal, entretanto, eximem-se da função de agentes do próprio Governo quando não mencionam as condições mínimas que se precisa para que tal fato aconteça. De modo que, e por isso mesmo, o discurso de reintegração fica no papel, fazendo coro com o discurso da UNICEF e da Igreja. Ou seja, no assistencialismo imediato, porque ao ser posto na prática se vê que não se alcança o resultado esperado, como veremos adiante, em alguns dos casos atendidos e registrados na instituição.

O discurso de Flávio chamou a nossa atenção já que, segundo ele, além da estrutura familiar, é importante que se tenha na família um vínculo afetivo. E isto nos sugere o seguinte questionamento: será que a instituição, através de seu trabalho com as famílias e as crianças e adolescentes, supõe conseguir isto? Consideremos o discurso do Coordenador Paulo Vítor Sapienza: “... nós não vamos conseguir reconstruir a personalidade de uma pessoa de 40 ou 50 anos, que é o pai ou a mãe destas crianças ou adolescentes, que já sofreram a vida inteira” (entrevista em 06/07/97). Ou seja, comparando ambas as falas, fica evidente a contradição entre os dois discursos pois, a idéia sugerida pelo educador não pode ser conseguida tendo em conta as características destas famílias, cujo caráter violento está introjetado psico-socialmente, conforme anota-se no discurso de Sapienza. As crianças e adolescentes entrevistados também manifestam tal

desconfiança. Para a maior parte destes, foi precisamente a falta deste vínculo afetivo que os levou a tomar a iniciativa de sair de suas casas, como o indicou Bruno:

— *“Minha família me abandonou quando eu era mais pequeno, e meu pai é alcoólatra. Meu pai me batia, quando bebia, eu fui tirado de casa por meus tios, mas eles também me batiam”.*

Um outro discurso que chamou a nossa atenção foi o da comunicóloga Simone, porque além de considerar que se deve oferecer uma estrutura básica, ela acredita que, ao reintegrar, se está resgatando a cidadania destas crianças e adolescentes. Isso supõe que sejam, entretanto, colocados em um ambiente ideal. Mas, nós entendemos que esperar que se dê a chamada “situação ideal” é o mesmo que apostar num discurso insustentável desde a origem, uma vez que a própria instituição aponta, em outra fala, para o seu oposto. Pois, o Governo espera reintegrar estas crianças e adolescentes devolvendo-as às mesmas famílias, de onde saíram e que, tomando em conta o falado pelo Coordenador: — “... *não têm nada*”. Quer dizer, fica implícito que o ambiente que espera estas crianças ou adolescentes é de total carência e, por isso mesmo, com grande possibilidade de a situação de maus tratos, abandono, negligência, exploração reincida.

A própria Simone nos faz pensar sobre esta questão quando aponta em seu discurso, contraditório em si mesmo, que *“estas famílias não sabem ou não podem lidar com as situações difíceis que a elas se apresentam. É por isto que estas famílias se estressam e reagem de forma violenta contra seus filhos.”* Retomando a expressão “não sabem”, percebemos que se tratam de situações tão complexas que resulta muito difícil para estes pais tomarem as decisões esperadas pela instituição. Ou seja, é bastante improvável que estes pais, que são também vítimas de uma situação social complicada, passem de um momento para o outro a oferecer condições mínimas no nível afetivo, econômico, psicossocial etc. para seus filhos.

O discurso de Walter nos faz refletir quando observa que reintegrar é colocar as crianças ou adolescentes num lar que tenha uma estrutura básica. Um relato de procedimento da instituição pode dar a idéia do que, em algumas situações, se considera como sendo esta “estrutura básica”. Trata-se de um caso de atendimento à uma denúncia de negligência a uma criança de dois de idade:

“De acordo com informações ao S.O.S Criança, os pais aparentemente têm distúrbios mentais. Os vizinhos estão se mobilizando para colocá-los em uma instituição psiquiátrica. A criança dorme e se alimenta junto com os cachorros da casa, no quintal. Dorme no sereno, não dão banho na criança.

Realizamos visita domiciliar onde encontramos a criança muito suja e apática. A casa apresentava acúmulo de lixo no quintal e dentro havia muita sujeira e desordem, não apresentando as mínimas condições de higiene. Os genitores estavam presentes, portanto, pudemos constatar que mãe apresenta um comportamento mental (sic) assim como os avós maternos que residem na mesma casa. (...) A criança foi abrigada na unidade Sampaio Vianna (...). (prontuário de atendimento do S.O.S Criança: 11/03/96)

Na seqüência, a instituição providenciou para que esta criança fosse encaminhada à adoção por membros de sua própria família, isto é, por tios paternos. Um funcionário em visita domiciliar aos tios da criança constata que a tia é “dona-de-casa” e o tio pintor de paredes, mas que:

“Ambos (o casal) demonstram grande interesse em cuidar da criança e disseram que, em outra época, já haviam pedido ao genitor para ele deixar a criança sob seus cuidados... A residência dos tios apresenta acomodações simples, mas aparentemente é organizado e limpo. O casal possui duas filhas

de dois e três anos de idade... ” (prontuário do S.O.S. Criança,
27/03/96)

De modo que, as tais condições mínimas podem ser entendidas como a mais elementar condição de sobrevivência. A família receptora em questão, aparenta ser bastante pobre, mas deixando a criança sob a seus cuidados o Governo se desincumbe dela e de outros mecanismos de adoção não consangüínea. Vale lembrar que tais estratégias, a chamada circulação de crianças, já é uma solução alternativa há muito adotada pelas famílias pobres. Cynthia A. Sarti, citando Fonseca, observa que “há uma coletivização das responsabilidades pelas crianças dentro do grupo de parentesco, caracterizando uma ‘circulação de criança’. Esta prática popular inscreve-se dentro da lógica de obrigações morais que caracteriza a rede de parentesco entre os pobres.” (Sarti, 1995, p: 11) De modo que, neste caso, o Governo está apenas reafirmando uma prática que a própria população já constitui por sua própria conta. Veja-se que os tios da criança, por livre iniciativa, apesar da sua condição de pobreza, tendo em conta a obrigação moral de que fala Sarti, pelos laços de parentesco, já haviam tentado resgatar a criança.

Entretanto, o Coordenador, Vítor Sapienza, indica que à instituição compete recolocar e oferecer à criança esta “estrutura básica”. Para ele, reintegrar e oferecer tais condições é o mesmo que:

“É colocar as crianças ou adolescentes na família, porém com qualidade, ou seja, se deve fazer um trabalho com a família, a criança e o adolescente, para que esta família adquira uma estrutura familiar oferecendo o mínimo do mínimo, como cesta básica, e possa aceitar o filho de volta. Quanto às crianças e adolescentes se intenta reverter pontos que ela adquiriu na rua, como raiva e agressividade, fazendo com que elas adquiram autoconfiança e acreditem que o que se está fazendo é ou melhor para elas. Então ao pedir-lhes que voltem para casa, elas vão fazê-lo mais tranquilos”. (entrevista em 06/07/97)

Entendendo que o Coordenador do S.O.S. é um representante do Governo, podemos dizer que este último acaba delegando à família o papel de reintegrar a criança e o adolescente em situação de risco. Mas, como pode fazer isso se, como já indicamos ele mesmo reconhece em seu discurso que *“estas famílias também têm sobre elas este maldito progresso, essa mentira que faz com que o*

consumismo torne o ser humano coisa, e a coisa humana...” (entrevista à autora 06/07/97) Quer dizer, assim colocando, Paulo Vítor Sapienza reconhece, nas entrelinhas, que a problemática da criança e adolescente em situação de risco tem origem numa questão social que ultrapassa a questão da família — que por sua vez também se encontra em situação social de marginalização e exclusão.

Assim sendo, pode-se mesmo falar em integração, uma vez que a violência e a marginalização são problemáticas graves de toda a sociedade brasileira? O que pode o S.O.S. Criança fazer com uma cesta básica e seus programas assistenciais? A julgar pelo discurso do seu próprio Coordenador, apenas um certo trabalho paliativo:

“Quem somos nós para julgar uma família que mora num barraco, comendo pão com maionese de segunda a domingo? Claro que é uma atitude errada (a violência contra a criança), mas quem somos nós para dizer que estão errados em suas atitudes? (...) não vamos crucificar aqueles que devem ser analisados, que são vítimas de uma desestruturação, de um colapso social”. (Entrevista a autora 06/07/97)

Além disso, Sapienza reafirma a dificuldade de “convencer” a sociedade brasileira a uma nova atitude diante a criança ou adolescente já violentados:

“Enquanto a sociedade não for mais fraterna, o S.O.S., só, não vai conseguir reconstruir a personalidade de uma pessoa de 40 ou 50 anos, que são os pais destas crianças e que já sofreram a vida inteira, cabe a eles o conforto... O brasileiro só é humano no dia 25 de dezembro. O ideal não é chegar a Marte. O desafio é poder beijar uma criança... O S.O.S. faz sua parte como um grande pronto socorro, mas é muito pouco frente ao tamanho do problema que se está dando...” (entrevista à autora 6/07/97)

Podemos dizer que, mesmo em se tratando de uma ação paternalista, a mentalidade brasileira, segundo Sapienza, não facilita o trabalho do Governo nesse sentido. Ou seja, o próprio S.O.S, mesmo sendo filantrópico, paternalista e assistencialista, encontra resistência à sua aceitação na sociedade que contribui e favorece a desintegração e a violência. Como pensar que a família pode cumprir este papel reintegrador?

3.2. A que tipo de família se pensa reintegrar as crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica.

Por mais que pareça contraditório e incongruente no nível de um discurso institucional com tal função, os funcionários do S.O.S. assumem que a tarefa de reintegração acaba sendo delegada às próprias famílias, consideradas por eles mesmos desestruturadas. Vejamos como os discursos confirmam essa afirmação. Segundo Flávio: — *“Se pensa reintegrar a uma família desestruturada emocionalmente”*. Ou seja, este funcionário considera que no nível interno do grupo familiar existem problemas. Isto nos passa a impressão de que o trabalho realizado no S.O.S. perde todo o sentido, pois, nas entrelinhas reconhece que não tem medidas de caráter efetivo. Porém, não acreditamos que, ao colocar as crianças e adolescentes de volta em lares com estas características, se esteja dando crédito à efetividade do trabalho almejado pela instituição, apenas cumprindo medidas formalmente exigidas por uma sociedade que cobra do Governo uma ação com relação ao problema do menor em situação de abandono e de risco.

Consideramos que o discurso de Walter é um dos mais conscientes frente ao papel da reintegração, quando assegura que se reintegra a uma família desestruturada, mas também anota que se deveria fazer um trabalho prévio com a criança e a família. Acredita este funcionário que se estas não apresentam

condições, deve-se pensar sobre a possibilidade de se buscar outras famílias. Consideramos que este educador está indicando algo importante: — “*Analisar a situação da família, ver se esta está em condições de receber o filho, esgotar todas as possibilidades*”. Ou seja, este discurso sugere que às vezes é preciso ter em conta a busca outras estratégias.

Mas, como podemos perceber, no discurso sobre a reintegração, a maioria dos funcionários do S.O.S. a consideram mesmo como sendo “*a colocação de uma criança ou adolescente em uma família desestruturada*”, frase repetida insistentemente. Pois, ao mesmo tempo, estes funcionários observam que o processo de reintegração acaba sendo feito num seio familiar onde os pais estão vinculados a problemas de drogas, álcool, onde a mãe prefere o amante ao filho, onde as famílias têm escassas condições de dar ao filho o necessário para um desenvolvimento adequado, conforme diz o próprio coordenador da entidade. De modo que, esta repetição sugere uma apropriação simplista do discurso do Governo, este mesmo que também violenta estes funcionários pagando-lhes salários baixos, com os quais não podem levar uma vida digna e sem sobressaltos, ou ter acesso à capacitação para melhorar o serviço, do qual se beneficiaria o mesmo Governo. Tal como falou uma funcionária em uma das entrevistas: — “*Eu quis fazer um curso sobre violência doméstica para entender um pouco mais sobre o problema, mais não pude pela falta de dinheiro*”. (entrevista realizada em 04/07/97)

Além da idéia de integração estar associada à incapacidade de famílias consideradas desestruturadas pelo próprio Governo, nestas entrevistas com os funcionários podemos notar que as famílias pobres são vítimas ainda do estigma da desestruturação, uma vez que a família ideal é o parâmetro, quer dizer, a composta por pai, mãe e filhos. Ou seja, a idéia de desestruturação está embutida na própria expectativa destes funcionários sociais quando acreditam, como observou Szymansky, citada no capítulo I deste trabalho, que são “desajustados”, “inferiores”, “delinqüentes” e “problemáticos” todos aqueles que saem do modelo tradicional. É oportuno lembrar o que dizem Carvalho e Chalhub, citados por Sarti, na sua obra *A família como espelho*, quando mostram como a visão dos pobres “como classe perigosa manifestou-se no Brasil através dos legisladores, revelando que na virada do século, ser pobre tornava o indivíduo automaticamente perigoso à sociedade”. (Sarti, 1996, p: 26).

Nota-se aqui como isto nos dá para dizer que existe uma contradição entre o que se diz e o que, de fato, se faz em nome e por parte do Governo. Afinal, o mesmo Governo favorece que estas família não tenham as condições necessárias para que possam ter seus filhos no lar sem pensar no que lhes vão dar de comer no outro dia, ou como pagar a medicina para aliviar determinada doença, tendo em conta que estas famílias, segundo o Coordenador, “não têm nada”, como já observamos em seu discurso. Mas, ao mesmo tempo, atua para perpetuar o estigma destas família como perigosas quando transforma a pobreza destas, o

abandono e a exclusão em desajuste. Porém, como resolver esta questão, tendo em conta que trabalhadores sociais são parte desta mesma sociedade preconceituosa e excludente?

Mas, fundamentalmente, percebe-se que a instituição não trabalha com a idéia de que há transformações na família hoje, às quais se referiu Goldani, citada nos capítulos anteriores. Isto o percebemos no discurso do Coordenador quando diz que *“essa grande família, que é a célula está morrendo”*. Poderíamos supor que Sapienza estivesse falando da tradicional concepção de família. No entanto, seu discurso resulta conservador e complicador das perspectivas da ação social possível, já que considera as mudanças da sociedade atual como destruidoras da família enquanto célula da sociedade:

“os filhos se colocam frente ao computador, nos cursos de inglês, no francês, em tudo quanto é curso, saindo da responsabilidade de ajudá-lo nos momentos difíceis, de criá-lo... Então, se se divide esse processo de socialização com uma série de cursos, televisão, não existe mais família”. (entrevista em 06/07/97)

Percebe-se imediatamente que ele se refere às classes média e média alta, porque às classes pobres estes acessos, de delegar aos diversos cursos a função de

cuidar dos filhos, lhes são negados. Por outro lado, se estas famílias fazem isto, está implícito que devem fazê-lo porque há exigências do meio e do momento. Nas classes pobres, como foi colocado pela mesma Goldani, também há mudanças substanciais e dentro destas mudanças está precisamente a vinculação da mulher no mercado do trabalho. O discurso de Sapienza faz coro com a sociedade que, ele próprio, às reclama por instrução. É o caso de uma mãe denunciada por negligência ao tentar resolver, dentro das suas possibilidades, a sua condição de chefe de família, em situação de pobreza, como relataremos adiante.

3.3. Alguns procedimentos do S.O.S. de acordo com os prontuários.

Neste item fazemos uma discussão de alguns casos registrados no S.O.S. a partir de mais alguns prontuários. São casos registrados através de diferentes meios de denúncia e atendidos pela instituição. A proposta é demonstrar como, em certas situações, a mesma instituição não dá conta de atuar conforme o discurso oficial, esbarrando em problemáticas complexas e de difícil manejo, ou mesmo não conseguindo resolver a ambigüidade de representar o Governo que

deve oferecer as condições de vida mínimas para as famílias pobres. Vejamos o caso desta denúncia de negligência, e das soluções tomadas pela instituição:

“A denunciante alega que a adolescente R. mora com dois irmãos de 13 e 4 anos, que a mãe vai ao local duas vezes por semana, deixa alguma caixa (sic) para os filhos comerem, alega que a mãe diz trabalhar dia e noite. A denunciante solicita ao S.O.S. auxílio. Alega também que no local não tem gás, e que tudo é feito ou esquentado com álcool./ O S.O.S. Criança enviou telegrama à mãe para comparecer com os filhos e certidões de nascimento./ A mãe esteve na Instituição e informou que trabalha como enfermeira há dois anos, sendo que às vezes durante o dia, às vezes à noite, entretanto, sua filha R. cuida da casa e dos irmãos menores, disse ainda que uma vizinha, madrinha de um de seus filhos ajuda cuidar dos mesmos, inclusive o botijão de gás explodiu ficou com receio de comprar outro. (prontuário de atendimento do S.O.S. Criança: 13/01/95).

A instituição orientou a mãe para adquirir um novo fogão e botijão e instalá-lo fora da casa, e também para colocar sua filha menor na creche.

O caso anterior nos faz refletir de como existem situações ante as quais as famílias pobres se vêem na obrigação de buscar certas estratégias de sobrevivência em benefício dos próprios filhos, ainda que estas não sejam compartilhadas pela comunidade em geral, já que foi precisamente uma vizinha que fez a denúncia, que, pelo relato, se percebe não conhecer a situação real, pois está implícito que para ela há uma situação de abandono (negligência) por parte da mãe. Neste caso nos perguntamos será mesmo uma situação de abandono? Como poderia esta mãe responder ao julgamento dos seus vizinhos? Ficando em casa e delegando a responsabilidade da sobrevivência dos seus filhos ao próprio Governo? Ou seria o caso de haver à disposição destas famílias escolas, creches, centros de lazer e educação etc. Sobre isso o Governo não se pronuncia, pelo menos nos discursos colhidos junto ao S.O.S., e neste caso, tampouco a comunidade. Muito embora, vale notar que a mesma comunidade às vezes pode ser o grande ponto de apoio, como nesta família, em que a comadre ajuda a tomar conta das crianças.

A comunidade reclamante, por sua vez, não denuncia as famílias de classe média ou média alta que fazem uso de estratégias mais sofisticadas, àquelas sobre as quais se referia o Coordenador: *“colocam seus filhos no computador, nos cursos de inglês, no francês, em tudo quanto é curso, saindo da responsabilidade de ajudá-lo nos momentos difíceis, de criá-lo... Então, se se divide esse processo de socialização com uma série de cursos, televisão, não*

existe mais família". E no caso exposto anteriormente se pode observar como àquela mãe pobre estava negado o acesso a estas estratégias, e como teve de tomar outras atitudes tendo em conta suas condições reais de vida. Mas, é importante observar que a proposta de que a mãe se comprometa a adquirir um novo fogão e um novo botijão é feita sem considerar a questão orçamentária da família. Então vemos uma vez mais como o Governo exige demais destas famílias e em contrapartida não lhes oferece as mínimas condições de sobrevivência, e às vezes ele próprio, na figura dos seus funcionários, denuncia a miséria como caso de polícia:

"Em 22/06/95 segundo denunciante anônimo, esta senhora era moradora no número xxx, sendo que há mais ou menos um ano foi embora para a Bahia e vendeu a casa, no entanto, retornou e não tem onde morar. E atualmente mora com todos os filhos em um barraco improvisado sobre a calçada da citada rua. Vive com auxílio dos vizinhos. Os filhos menores já estão furtando no Carrefour. O denunciante pede providências o mais breve possível pois com a chegada do inverno a situação tende a piorar. / Em 29/06/95 estivemos no local e conversamos com a genitora que encontra-se deitada em um sofá debaixo de um cobertor, as crianças estavam na rua debaixo da chuva. Disse-

nos que Deus os alimenta, veste, arrumou a lona que está encostada no muro em cima da calçada onde estão morando, com o lixo jogado pelo chão. Ela não trabalha, apenas seu filho mais velho que está trabalhando em uma fábrica de figurinhas, não soube informar o endereço, e que até o final do ano ela irá conseguir o apartamento da COHAB. Dirigimo-nos ao 19º Distrito Policial para elaborar um B.O. mas o escrivão se recusou. Estaremos enviando relatório ao Fórum.” (Prontuário de atendimento do S.O.S Criança)

As palavras deste relatório indicam para algumas questões complicadas: o funcionário (a) manifesta-se indignado porque encontra a mãe deitada enquanto seus filhos brincam na rua, sob a chuva. Seria diferente se esta mãe estivesse trabalhando? Quem cuidaria de seus filhos? Neste caso, é provável que não houvesse uma denúncia policial sob a argumentação de negligência. Por lado, porque há indignação pelo fato de as crianças brincarem na rua e na chuva se estas tem a rua como seu lugar de moradia, e um barraco de lona como casa? Não estaria o funcionário social esperando um comportamento típico da mãe em condições ideais para esta mulher em completa miséria que resolveu acreditar em Deus (que alimentaria e vestiria seus filhos) e no Governo (que lhe conseguiria um apartamento)? Para completar, observe-se que a polícia recusa-se a registrar a

queixa, pois provavelmente entenda que esta situação não pode ser resolvida pelo poder judiciário. Neste caso podemos ver que o S.O.S Criança defende a criança da negligência acusando a família, que, por sua vez, encontra-se em situação de abandono social. Aqui podemos constatar como o Governo se recusa a assumir a condição de risco da população, existindo uma falta de apropriação das responsabilidades e dívidas sociais. Ante a estas situações podemos notar que o que consta no Estatuto da Criança e do Adolescente, no ART. 7, não se pode ser cumprido: “A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.” (Estatuto de Criança e do Adolescente, p: 10).

Certas questões parecem culturalmente complicadas, pois há casos nos quais a própria família delega ao Governo a função de resolver problemas que este último considera de alçada familiar.

“O genitor comparece ao S.O.S. solicitando orientação pois os filhos não o obedecem. Bem como C. não está mais freqüentando a escola. Solicita internação./ Em 30/01/95 esteve presente neste serviço o genitor e os filhos C. e L. segundo o senhor J. está separado de sua esposa e as crianças ficam sob a responsabilidade da avó paterna. Relatamos ainda que C.

abandonou os estudos em 1994, L. foi promovido. Sendo assim foi orientado a fazer uma matrícula de 95 para C. do que será providenciado. Senhor J. trabalha com vidros temperados e os filhos concordaram em trabalhar com o genitor a pós o horário escolar. Conversamos com C. e L. separado do pai e estes concordaram em colaborar com o mesmo, caso isso não ocorra deverá procurar o Fórum se desejar internação. Adiantamos que este processo é difícil, uma vez que os responsáveis não são falecidos. Deixamos nosso telefone caso necessitem dos nossos serviços.” (Prontuário do S.O.S. Criança)

Fica implícito neste caso como o pai se nega exercer a violência doméstica sobre seus filhos e pede ajuda ao Governo, o qual dá soluções que ele mesmo já havia acordado com seus filhos. Mas, trata-se de um pai que tem a noção de que ao Governo cabe o papel de educação e formação dos futuros cidadãos. Um papel que o S.O.S delega à família, já adiantando a este senhor que, dificilmente, se conseguiria uma internação de seus filhos. Por outro lado, pode-se observar que há uma confiança deste cidadão na instituição ou, então, a utiliza como uma de coerção para seus filhos. Ambigualmente pode haver aqui uma confiança na instituição, ou então, o aproveitamento da imagem negativa para a reafirmação da

autoridade não respeitada. Implicitamente, podemos dizer que se trata de uma forma enviesada de violência psicológica, com a qual a instituição colaborou.

3.4. Quando o Estado, que deve proteger, é o agente da violência

Segundo o depoimento de uma adolescente na reportagem do programa “24 horas”, realizado pela TV Manchete, no ano de 1995, ela foi vítima de violência dentro do S.O.S Criança, por parte de um educador, dizendo ter sido atirada do terceiro andar do prédio, durante uma rebelião, tendo diversas fraturas e a necessidade de próteses metálicas para corrigi-las. A direção atual, defendendo a sua política institucional, confirma o caso. (Conforme Revista S.O.S, n. 3, 1995)

Ou seja, como já é de domínio público, podemos comprovar uma vez mais como no interior destas instituições são cometidos atos violentos contra aqueles que, supostamente, estas deveriam proteger e amparar da violência social e/ou doméstica. Esta situação de violência institucional nos faz lembrar as descritas no texto de Sandra Mara Herzer falando das violências sofridas dentro da FEBEM. Diante disto, questionamos como o Governo pode condenar os pais por sua violência e ao mesmo tempo impingir violência sobre aqueles a quem deveria proteger? Pode o Governo ficar acima da violência culturalmente aceita, que

permite que em nome da educação e da formação se cometa agressões em diversos níveis?

CAPÍTULO IV

O ideário de família manejado pelas crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica

Eu queria ser da noite o sereno
e umedecer o vale seco e pequeno.
Eu queria, no dia claro, luzir
para ao amor todo o povo conduzir.
Eu queria que branca fosse a cor da terra
e não vermelha, para inspirar a guerra.
Eu queria que o fogo me cremasse
para ser as cinzas de quem hoje nasce.
Eu queria que os belos poemas fossem de Deus
para neles encontrar as virtudes dos irmãos meus.
Eu queria, muito queria saber ganhar
para as simples alegrias poder comigo guardar.
Eu queria, como queria, saber perder
para de ti, agora, tanta saudade não ter.
Eu queria morrer nesse instante sozinho,
para novamente ser embrião, e nascer;
Eu só queria nascer de novo, para me ensinar a viver!

(Sandra Mara Herzer,
Encontrei o que queria, em: *A Queda para o Alto*, p: 167)

O ideário de família manejado pelas crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica

Este capítulo se constituiu com base nas 13 entrevistas realizadas em diferentes espaços do S.O.S. Criança, com crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, que estavam assistindo aos cursos da Instituição, com crianças do abrigo Casa da Alegria (que abriga crianças de ambos os sexos na faixa etária de 7 a 12 anos), e com adolescentes do abrigo DAIS (que abriga adolescentes do sexo masculino de 12 a 18 anos).

Para contatar as crianças e adolescentes desta casa, os funcionários responsáveis me exigiram o conhecimento prévio do roteiro das entrevistas e uma reunião com os educadores e coordenadores, para que pudessem conhecer a proposta e objetivos deste trabalho, bem como a utilização e divulgação do dados. Além disso, sugeriram que eu definisse o “perfil dos possíveis entrevistados” para

que pudessem selecioná-los entre os abrigados. As entrevistas foram acompanhadas da presença de um educador, sob o argumento de que poderia haver uma dificuldade de contato com as crianças devido à “barreira da língua.” Com isto, os adolescentes entrevistados no DAIS foram “trazidos” até mim pelos funcionários desta casa, o que não deixou de atrapalhar a espontaneidade dos entrevistados. A minha dificuldade com bem falar a língua portuguesa, entretanto, não constituiu barreira para as entrevistas realizadas na sede da instituição, onde conversei aleatoriamente com crianças que aí se encontravam assistindo aos cursos ou perambulando pelo pátio. Ao contrário, as crianças e adolescentes até mesmo colaboravam para explicitar algumas palavras que lhes parecessem inadequadas, assim como, esclarecer-me as suas gírias. Nestes casos, não havia presença de nenhum funcionário da instituição junto às entrevistas.

No abrigo Casa da Alegria, a diretora exigiu uma ordem escrita por parte dos diretores da entidade, para que eu pudesse ter acesso às crianças, sob o argumento de que as informações referentes às crianças são de caráter sigiloso e judicial. Também solicitou o conhecimento prévio do roteiro das entrevistas e o “perfil do entrevistado”, além de delegar um funcionário para acompanhar as entrevistas e “escolher” os entrevistados. Neste caso, o trabalho resultou pouco produtivo e das doze entrevistas que fizemos, apenas cinco puderam ser aproveitadas. As demais crianças quase não falaram, talvez intimidadas pelo gravador, além da própria situação em que se encontravam.

Algumas crianças e adolescentes, ao perceber que eu sou estrangeira, se sentiam mais a vontade para falar, e manifestavam que gostariam de falar minha língua. Um adolescente de 15 anos me viu como a pessoa que o podia ajudar, justamente pela condição de estrangeira, dizendo-me: — *”Oi tia, você vai ajudar nós, certo?”* Provavelmente houvesse uma sugestão, por parte deste adolescente, de que o problema do menor necessita do apoio de instâncias internacionais, para encontrar melhores soluções. Esta situação nos fez refletir a respeito da minha condição de pesquisadora, tomando como objeto feridas tão grandes, sobre as quais posso apenas levantar questões, quando aqueles que me fornecem “material” esperam soluções mais urgentes. Afinal, a vida destas pessoas está em situação de risco.

O instrumento utilizado foi um roteiro feito antecipadamente, o qual estava sujeito a mudanças para dar maior liberdade aos entrevistados, já que, antes de tudo, fomos conscientes da dificuldade que representava para aquelas crianças e adolescentes o falar sobre suas próprias histórias de vida. A maioria das entrevistas foram gravadas e, complementarmente, se anotou outros aspectos que nos pareceram importantes, como as diferentes reações das crianças e adolescentes durante a conversa, suas condições físicas e estados psicológicos mais visíveis. Teve casos nos quais foi necessário anotar tudo, pela dificuldade que representava para o entrevistado manter um discurso mais fluente, pois alguns demoravam muito tempo para responder, deixando grandes “vazios” na fita

gravada. Ademais se pode observar que este sistema lhes facilitou, deixando-os menos constrangidos. (Ver o roteiro no anexo).

É importante ressaltar que os nomes das crianças e adolescentes que aparecem neste trabalho são fictícios, como nos foi exigido pela Instituição e solicitado pelas crianças, que diziam ter medo de represálias. Ou seja, deve-se notar que estes meninos e meninas adquirem muito cedo a noção do risco, do perigo constante e da fragilidade das medidas protetoras.

4.1. A concepção de família para as crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica

Sandra, 15 anos, magra, negra, cabelos curtos e escuros, olhos pretos. Quando perguntamos a sua idade, ela ficou pensativa e, depois de um bom tempo, respondeu: — *“Acho que tenho 15 anos, não sei, não”*. Ao perguntar-lhe se tinha família ela olhou para todas partes, como se tivesse medo de falar, e sempre esfregando suas mãos, olhou-me novamente de forma surpresa, como se eu a tivesse ofendido, e depois de um bom tempo, com voz baixa, respondeu:

— *“Sim, tenho família, (e falando muito alto, com expressão de tristeza e raiva) a minha família é coisa ruim, se não tivesse não estaria aqui. Eu tenho pai, ele trabalha na prefeitura, acho que ele é fiscal. Minha mãe é traficante, tenho cinco irmãos, assim: três irmãs mulheres e dois irmãos homens que trabalham e dão coisas pra mim.”*

Quando perguntei se ela gostaria de formar uma família quando fosse maior, ela respondeu: — *“Gostaria sim”*. Entretanto, ficou novamente calada e depois de um longo silêncio respondeu: — *“Gostaria de ter um bom marido, responsável que não faz o que fez meu pai fez comigo”*. Imediatamente a menina mudou sua expressão de rosto, era como se de repente lembrasse de algo que a incomodasse muito e, embora eu nada tivesse perguntado na seqüência, respeitando sua expressão dolorida, ela mesma falou demonstrando muita raiva: — *“Ele, meu pai, fez estupro, e quando contei para minha mãe ela ... ela não acreditou e me bateu”*.

Fica implícito, neste discurso que o fato de ter família se converte, para esta adolescente, em um pesadelo, já que, segundo informa, foi precisamente sua família que fez com que ela estivesse interna nesta Instituição. Ao referir-se à família com o termo *ruim*, demonstra o quanto sofreu em seu próprio lar,

contradizendo o discurso da UNICEF e da Igreja a respeito de que a família constitui o espaço para a formação e desenvolvimento da personalidade, dos valores, do afeto dos indivíduos de uma sociedade. Mas ao mesmo tempo, fica implícita o quanto esta idéia faz parte do pensamento vigente e é internalizada até por aqueles vivem uma experiência trágica de família. Sandra deseja formar no futuro uma “família ideal”, composta por “*um bom marido, responsável*”, respeitoso e cumpridor do seu papel, diferentemente do seu pai. Por outro lado, se a adolescente não nutrisse essa esperança, é provável que tivesse ainda mais dificuldade de lidar sua própria situação, uma vez que, a própria instituição que lhe dá abrigo, lhe passa esta idéia. Ou seja, para ela ainda há tempo de fugir do estigma do fracasso, recompondo sua própria família.

Num outro discurso se percebe esta mesma visão de família, associada à esperança e, ao mesmo tempo, às idéias negativas resultadas das experiências violentas obtidas dentro do próprio lar. Felipe, 11 anos, magro, cabelo curto, negro, no momento da entrevista se mostrava mal humorado e, quando lhe perguntei o que é família, ele olhou para todos os cantos e respondeu com raiva: — “*Não sei, porque não sei*”. Ao perguntar-lhe se ele tinha família, respondeu olhando uma foto de uma mulher loira, que trazia na mão: — “*Sim, tenho, meu pai é drogado, e minha mãe trabalha em uma loja de brinquedos*.” Ao perguntar-lhe se gostaria de voltar para sua casa ele respondeu agressivamente: — “*Eu não vou querer ficar nessa merda*.” Quanto à idéia de formar uma família no futuro, Felipe

respondeu olhando para a foto: — *“Eu queria namorar, namorar, fazer de gato e sapato, dar pisa na minha mulher...”* Sobre ter filhos: — *“Gostaria de ter um casal de filhos e não vou dar pisa neles, mas daria pisa na minha mulher, xingaria a mãe deles se ela castigasse eles. Com eles eu só dialogaria.”* De modo que se pode perceber, neste caso, o conflituoso processo de convivência entre a idéia da família, ou do papel de pai protetor dos filhos, e a violência interiorizada pela experiência vivida. A idéia de *“diálogo com os filhos”*, o discurso das boas maneiras pregado pelas instituições e aparelhos ideológicos convive em conflito com a perspectiva de supremacia masculina, a partir da qual cabe ao homem manter a mulher submissa. Isso sem ter em conta os aparentes distúrbios psicológicos — que não me cabe analisar — mas que se evidenciam na fala deste garoto, que está nesta instituição por ter sido retirado da família após seu pai tê-lo utilizado como escudo em um enfrentamento com a polícia durante uma invasão em sua casa, segundo informa com suas próprias palavras.

Em outra entrevista, João, de 12 anos, magro, de rosto alegre, pele branca, cabelo preto, manifesta que foi vítima de violência doméstica por parte de seus tios e, segundo ele acrescenta, sem causa alguma. Observemos seu relato: — *“Eles tinham raiva de mim, me batiam eu não sei porque, eu fazia tudo, limpava tudo, não sei, eles me batiam com cinta”*. Este discurso supõe que o adolescente reconhece que em outras condições é justo o castigo, porque ele afirma que apesar de “fazer tudo” ainda era castigado. Quer dizer, para João, o castigo em si não é

um problema, desde que seja justificado. A violência encontra suporte na ideologia que prega a submissão, através do “bom comportamento”, acato às normas e ao trabalho, como signo de distinção.

Pedro, 15 anos, gordo, branco, com problemas de fala e motores, ao ser indagado sobre que é família, respondeu com a cabeça baixa: — *“Família... família é coisa ruim, sim ruim, ruim ...”* E seguia repetindo com tristeza essa afirmação, dando a impressão de que por meio desta repetição se sentia melhor, ou seja, parecia usá-la como forma de desabafar todo esse sentimento de mágoa guardado até aquele momento. Quando lhe perguntei se tinha família, ele respondeu: — *“Tenho, mais é como se não tivesse, porque minha família é ruim”*. E repete com raiva: — *“Porque minha família não me respeita”* e, logo com um tom de tristeza diz: — *“Minha mãe não gosta de mim, não gosta, na minha família tudo é briga, e não têm respeito pela gente, eles não gostam de mim”*. Está implícita na fala de Pedro a ausência que ele sente de uma família, já que ele sabe que tem uma família que para ele é ruim, que segundo ele não o ama, embora devesse amá-lo e respeitá-lo. Pedro demonstra saber que tem direitos que são violados por sua família e, talvez por isto, ele pensa que esta deixa de cumprir com o seu papel: dar-lhe respeito, amor cuidados e um ambiente de paz. Quer dizer, além da sua difícil experiência de vida, Pedro arca com o estigma social de ter uma família distinta da ideal, isto é, uma família que ele tem, mas que é como se não a tivesse, uma família inferior.

Em outro discurso, Bruno de 10 anos, responde quando indagado sobre o significado de família: — *“Família é nada”*. Responde e fica calado. Logo eu perguntei se ele tinha família, e Bruno diz com voz triste: — *“Minha mãe me abandonou quando eu era mais pequeno, e meu pai é alcoólatra, meu pai me batia, quando bebia, eu fui tirado de casa por meus tios, mas eles também me batiam. Meu tio têm problemas, então eu fugi de casa e fui pegado pela polícia e eles me trouxeram aqui pro S.O.S”*. Neste discurso se percebe o descrito pelo Coordenador na sua entrevista ao referir-se a famílias como a de Bruno, onde os pais tem problemas de álcool, onde a mãe, no meio de seu desespero rejeita o filho, onde as crianças ao não suportarem mais a violência vivida no lar acabam fugindo para as ruas, que acaba sendo uma estratégia de sobrevivência para elas.

Em outro discurso se pode também perceber a reincidência desta situação, vejamos o caso de Mário, um adolescente de 12 anos, gordo, de cara alegre, baixo. Quando perguntei-lhe o que é família, ele ficou calado, parecia triste, e depois disse: — *“Eu não sei o que é.”* Logo perguntei-lhe: você têm família? Ele ficou olhando o chão e esfregando suas mãos, e depois disse: — *“Minha família me abandonou, meus pais de verdade desapareceram, então eu fui adotado. Logo minha mãe adotiva morreu, meu pai adotivo conseguiu outra mulher e eles, os dois, me fechavam em um cômodo e me assustavam, eles faziam bruxaria e me ameaçavam, eles eram muito maus”*. Vemos neste discurso como os traumas da violência psicológica. Porém, Mário tem claro que não sabe o que é família. Ao

contrário das outras crianças, não se define pelo discurso institucional sobre a família ideal. Segundo seu próprio relato, acabou procurando livrar-se da família por sua própria iniciativa.

Um outro adolescente de nome Fausto, de 16 anos, magro, negro, responde ante a pergunta você tem família? — *“Sim, já diz que é minha tia, e meu avô, meu pai me maltratava muito.. muito (repetia com voz melancólica), ele me dava porradas, murros. Quando sair daqui vou trabalhar, ganhar dinheiro e não quero roubar, como meu pai. Ele é doido, rouba, mata, ele fuma, meu pai é isso. Eu quero morar com minha tia”*. Na fala de Fausto percebemos como foi submetido por seu pai à violência física em seus diferentes níveis. Também se pode perceber como ele quer morar com outras pessoas, sugerindo que a família pode ser composta por outros integrantes que não necessariamente “pai-mãe-filhos”, isto é, como pode-se conformar uma família alternativa, com base na sua percepção crítica com relação ao seu pai. A sua família pode ser formada por sua tia e seu avô. São pessoas a quem ele demonstra afeto e confiança.

Na entrevista realizada com Márcia, 17 anos, cabelo curto, pele branca, magra, ao perguntar-lhe o que é família, ela responde: — *“É um pai, uma mãe e irmãos”*. Perguntei-lhe se tinha família e ela respondeu: — *“Sim, tenho pai, ele é paraplégico, e está em cadeira de rodas”*. Imediatamente nota-se uma expressão de alegria na adolescente, pois o tempo todo havia estado calma, mais agora ao referir-se ao trabalho do pai sua expressão de rosto mudou. Diz: — *“Tia, meu pai*

trabalha mesmo assim doente, ele conserta rádios, televisores, e até carros.” E falou com uma voz suave: — “Adoro ele, a-do-ro! Sabe porque tia, porque quando minha mãe saiu para o motel com outro cara, a minha mãe nos deixou no chão, meu pai viu ela lá e se separaram. Eu tenho um irmão na U.T.I, ele está muito mau, têm que operar ele do coração, têm que coloca uma válvula.

Retomando a expressão “adoro meu pai”, podemos dizer que esta palavra está carregada de grande significado para ela, e para nós também, já que não tínhamos encontrado em nas demais entrevistas expressões de afeto dirigidas à família dos vitimados por violência doméstica. É provável que Márcia valorize muito seu pai porque este cumpre a condição de trabalhador apesar de estar em uma cadeira de rodas, sem dúvida, para a adolescente esta é uma “proeza” que dignifica seu pai perante ela e a sociedade. Márcia diz que seu pai mora em São Paulo, mas que está há sete anos no S.O.S., uma informação que dificulta a compreensão real de sua história, uma vez que, se tivesse um pai trabalhador, é provável que a instituição a colocasse sob seus cuidados. Talvez se possa dizer que Márcia, depois de tanto tempo numa instituição, tenha absorvida esta imagem de um pai muito pobre, deficiente mas digno de admiração e respeito: o pai provedor na possibilidade do seu contexto.

Nota-se também como a menina tenta refazer no seu discurso os laços familiares e afetivos. Márcia faz questão de falar sobre a saúde do seu irmão, e

mostra-se preocupada com ele. Quer dizer, a garota tenta demonstrar que a família dela existe, mas se está ausente, é por impedimentos físicos.

A figura dos parentes não consangüíneos aparecem para além dos pais adotivos, na pessoa dos padrastos e madrastas como aqueles que não cumprem a tarefa dos pais biológicos. Ricardo, 16 anos, fala de seu padrasto: — *“Esse cara, meu padrasto, eu e meu irmão saímos de casa porque nada dava certo com ele, ele era muito ruim, me batia, e tentou me matar.”* Observe-se que em outra fala anterior, a figura do pai adotivo e da mãe adotiva aparecem associada aos maus tratos. Victor Sapienza reforça esta idéia quando afirma que as mães destas famílias desajustadas trocam os amantes pelos filhos, como consequência desta sociedade onde se junta a violência com a carência afetiva e a submissão da mulher, que também ameaçada de violência, mantém o parceiro dentro de sua casa. Ricardo confirma: — *“A minha mãe não fazia nada, porque se ela fazia algo ela apanhava também”*.

Pelos relatos das crianças e adolescentes que foram submetidos a maus tratos pelos pais biológicos e também pelos pais substitutos, ou seja, padrastos ou outros familiares, podemos dizer que as lembranças das crianças em relação a suas famílias são tristes, desagradáveis, dolorosas e frustrantes. Entretanto, sem dúvida, neles existe a expectativa de formar uma família ideal, ou seja, recompor, refazer as relações familiares.

4.2. Circunstâncias do ingresso ao S.O.S. Criança

Em nossa entrevista realizada com Carlos, de 14 anos, perguntamos por que está na Instituição, e ele respondeu: — *“Porque minha mãe me maltratava e foi ela quem me mandou embora de casa.”* E completa com tristeza: — *“Ah, ela era muito ruim... meu padrasto também era ruim, eu fiquei na rua durante um ano. Ah, lá tomava conta de carro”*. Tanto quanto Carlos, a maioria das crianças abrigadas no S.O.S criança têm experiência de vida nas ruas, depois de serem vítimas de vítimas de diferentes tipos de violência dentro do lar. Ao tomarem a rua como seu lar, estas crianças redefinem códigos diversos próprios deste contexto onde encontram-se com diversos tipos de experiências como a drogadição, prostituição, delinquência, etc. Do mesmo modo, tiveram que adaptar-se às “leis e normas da rua” e conhecer diversas estratégias de sobrevivência como pedir esmola, tomar conta de carros, roubar ou prostituir-se. A maioria dos que passam pelo atendimento do S.O.S. tem este tipo de história de vida. Curiosamente, uma das estratégias de sobrevivência implica aliar-se através de vínculos de obediência aos “pais” e “mães” de rua, geralmente um adolescente mais velho que em troca de oferecer proteção exige o cumprimento de certas regras próprias do meio, bem como a prestação de alguns favores, de diferentes espécies, entre eles os sexuais.

Segundo os depoimentos as crianças e adolescentes, estes ingressaram ao S.O.S. através dos seguintes meios: pela denúncia anônima de diferentes pessoas como vizinhos, familiares, professores de escolas, pessoal do centro de saúde, policiais, assistentes sociais, etc. que tinham conhecimento dos seus casos e se solidarizavam com eles. Em algumas circunstâncias era um dos pais, ou a própria vítima que procurava o serviço da instituição como meio de proteção, fazendo-o geralmente através do telefone e, em poucos casos, dirigindo-se pessoalmente.

Algumas crianças e adolescentes se revoltam contra a internação e vêm a suas famílias como culpadas por esta situação:

“Ah tia, a minha família era ruim... ruim. Se não tivesse família não estaria aqui” (como disse Sandra), ou *“minha mãe me maltratava e foi ela quem me mandou embora de casa, ah, ela era muito ruim.....meu padrasto também era ruim, eu fiquei na rua durante um ano ah lá tomava conta de carro”*, como conta Carlos.

Vemos que os entrevistados ressaltaram a questão da violência sofrida no lar, como a causa do seu ingresso na instituição, mas, ao mesmo tempo, se denota certa ambivalência neste discurso, já que em algumas das falas culpam a ausência

família pela situação de abandono. Uma ausência que lhes produz um discurso de desesperança, tristeza, vazio; e rejeição. A contrapartida é dada pela criança que acusa o fato de ter uma família “ruim” como responsável pelas suas internações ou recolhimento ao S.O.S. Ou seja, sugerem que existe a família ideal, mas eles, fatalmente, encontram-se na família “errada”, a tal família desajustada e desintegrada presente no discurso dos trabalhadores da instituição.

4.3. Visão das crianças e adolescentes sobre a Instituição

A visão que as crianças e adolescentes entrevistados têm sobre a Instituição varia muito e o discurso ambivalente é comum. Segundo se pode notar, para alguns dos entrevistados é possível ter uma visão positiva da instituição. Para eles a instituição é boa por ser provedora de afeto, alimento, segurança, bem-estar, aprendizagem, etc. Contrariamente para outros, a instituição é negativa e “ruim” pelo fato de privá-los de sua liberdade, de sua individualidade, pelos programas que eles consideram chatos, pela disciplina e normas institucionais rígidas (horários, freqüências a cursos), obediência aos educadores, etc.

Observemos alguns dos depoimentos que têm uma visão positiva da Instituição:

— “*Eu estou melhor aqui, eu não quero ir embora, quero só estudar e desenhar, porque eu sei fazer desenhos. Aqui todos me respeitam, né, tia?*” (conforme diz Mário, 12 anos)

— “*Eu gosto, tô aqui há sete anos, aqui tratam bem a gente*”.
(conforme diz Márcia, 17 anos)

— “*Eu estou melhor aqui no S.O.S.*” (conforme José, de 16 anos)

— “*Me sinto mais melhor aqui, porque aqui eu estou mais seguro. Aqui tenho casa, tenho tudo.*” (Ricardo, 16 anos)

Por outro lado, têm crianças e adolescentes que manifestam o contrário, como se pode ver nos discurso abaixo:

— “*Eu não gosto de ficar aqui, porque aqui para mim é uma cadeia. Aqui, aqui para mim é tudo cabeça quente.*” (Pedro, 15 anos)

— “*A rua é melhor, para roubar, os programas do S.O.S. são chatos, não deixam sair, não têm jeito de roubar, não arrumam trabalho para mim*”. (Carlos, 14 anos)

Nota-se nestes discursos que a Instituição, com seus símbolos de disciplina e encarceramento — materializados até no espaço físico, por portas fechadas paredes e muros altos — representa uma barreira para relação com o mundo externo, que no caso destas crianças, freqüentemente, inclui grupos de rua vínculos com as drogas, praticas sexuais, etc. Ou seja, a instituição tenta enquadrar estas crianças e adolescentes nas normas tradicionais de disciplina, tais como as destinadas para as crianças que se desenvolvem em “condições normais”. Mas, como reconhece o próprio coordenador, estas crianças têm experiência bastante precoces que as torna menos submissas às normas de controle e disciplina padrão.

De outro lado, vemos que este trabalho institucional perde todo seu peso ou validade no momento da reintegração tão objetivada por seus responsáveis, pois a criança, segundo pensam, deverá novamente ser reintegrada à sua família, onde provavelmente não encontrará mudanças nas condições que a expulsaram. Como observou Sapienza, em suas casas tudo é carência, ausência de meios para satisfazer suas necessidades básicas, etc. Isto é, se apresenta um grande problema para os objetivos do trabalho realizado pela instituição, pois a realidade destas famílias de setores pobres em precárias condições muitas vezes conduz novamente a cometer violência, tal como o manifestou o coordenador da instituição na sua entrevista.

4. 4. Perspectivas para depois de sair

Na grande maioria das crianças existe a perspectiva de formar uma família melhor, diferente da que têm ou tinham, com condições de afeto, de amor, de respeito, de responsabilidade, confiança, sociabilidade, segurança e bem-estar onde tenham as condições necessárias para um bom desenvolvimento de seus integrantes como boa alimentação, saúde, tenham acesso à educação:

“Eu gostaria formar uma família, quando grande ter um bom marido, responsável, que não faz o que fez meu pai comigo.”

(Sandra, 15 anos)

Se percebe na fala da adolescente esse grande desejo de ser respeitada, de não ser mais vítima de violência. Observa-se, ademais, que esta criança apesar de ter sido violentada e ter vivido experiências traumáticas na sua família, ela não guarda ressentimentos para com a sociedade e têm ainda o desejo de formar uma família estruturada.

Vemos também que algumas crianças e adolescentes manifestaram um grande desejo de superação, de mudar de vida, de ser profissionais, de conseguirem um bom emprego, de ajudarem a sua família de origem, de serem bons pais. Para a maioria deles isto o conseguiriam por meio do estudo. Vejamos suas falas:

“Eu vou a ser melhor graças a Deus , demonstrar que eu mudei, êh, tia, que, posso ser alguém na vida, tudo vai a depender das minhas atividades, eu sou um jovem esforçado, a pessoa têm que lutar pelo que quer ,esforçar mesmo. Eu quero estudar, mudar de vida, sempre sonho com mudar de vida oi tia, faria muita coisa depois que eu comece a levantar de novo, viraria o lado, eu não quero esta vida não, eu quero trabalhar, ter família, ser uma pessoa digna e honesta, ter família. Eu quero estudar, mudar de vida, sempre sonho com mudar de vida, oh tia”.

(Ricardo, 16 anos)

Num outro discurso, uma adolescente manifestou ter vontade de estudar e ser profissional como forma de melhorar seu nível de vida. Vejamos: — *“Eu quero estudar biologia porque, eu gosto de plantas”.* (Sandra, 15 anos)

O seguinte discurso de uma criança de onze anos nos chamou a atenção: *“Eu não quero ficar nessa merda de família”*. Ou seja, dá-se a entender que esta criança não quer ser reintegrada a esse lar do qual têm lembranças negativas. Observemos o seguinte trecho da sua entrevista: — *“Porque meu pai é drogado, tia, meu pai ia ser pegado pela polícia em minha casa, mais aí eles lutaram, meu pai pegou a gente, mas a polícia me ajudou e ele começou a correr..”* (Felipe, 11 anos)

A fala subsequente de Felipe, nos dá conta de que ele interiorizou a violência. Além do ressentimento manifesto, no seu desejo de ter uma família está embutida a necessidade reproduzir a violência em algum nível. Ante a pergunta o que pensava fazer quando grande ele respondeu: — *“Eu vou casar com uma mulher bem bonita como a da foto, eu bateria nela se ela batesse em meus filhos”*.

De outro lado se observa, pelos depoimentos dos funcionários do S.O.S. que as instituições, e as empresas que deveriam dar trabalho às crianças capacitadas não contribuem a perspectiva dos menores, e da própria instituição de serem reintegradas à sociedade, já que, como foi mencionado anteriormente, a sociedade civil se encarrega de fechar as portas a estas crianças e adolescentes pelo fato de terem sido meninos de rua.

4. 5. A família que desejam formar

Nas entrevistas pudemos perceber que as crianças e adolescentes sonham formar uma família onde eles bons pais, pudessem proporcionar boas condições a seus filhos, dar carinho, dar segurança emocional e econômica, dar uma boa educação. Observemos algumas de suas frases:

— *“Eu os trataria bem... bem, os educaria já que vão pelo mundo, têm que educá-los desde pequenos para a vida, que eles estudem para que tenham um futuro melhor, para não virar marginal. E que nunca tenham que estar na rua”*. (Sandra, 15 anos)

— *“Eu gostaria ter dois filhos e seria boa com eles, não bateria”*. (Márcia, 17 anos)

— *“Só que eu não sei como cuidar deles, mais não bateria neles, só quando eles merecessem é que apanhariam.”* (Rita, 12 anos)

— *“Se tivesse filhos não bateria, e se ele é homem ganharia tudo: carro, moto, o que ele quiser”* (Fausto, 16 anos)

— *“Gostaria ter um casal de filhos, não vou dar pisa neles, não bateria em eles, seria muito bom, cuidar deles, levar e trazer eles da escola”*. (João 11 anos)

De acordo com o depoimento percebemos que existe um forte discurso a favor da não violência contra as crianças e adolescentes. Ademais, associa à violência o fato de ter que sair da casa para morar na rua e converter-se em delinqüente. De outro lado, arrolam tudo os que seus pais não fizeram ou não puderam dar a eles como o fato de dar a seus filhos comodidades, de preocupar-se por eles, de dar-lhes condições de consumo: “carro, motos e tudo o que eles quiserem”. Até afirmam que consideram o diálogo como uma forma de comunicação com seus filhos, de maneira a ter uma melhor relação familiar, mas nas entrelinhas revelam que podem reproduzir a mesma violência de que foram vítimas: “só castigariam se merecessem”, ou “xingaria minha mulher se batesse neles, com eles eu só ia dialogar.”

4.6. Perfil das Crianças e Adolescentes entrevistados

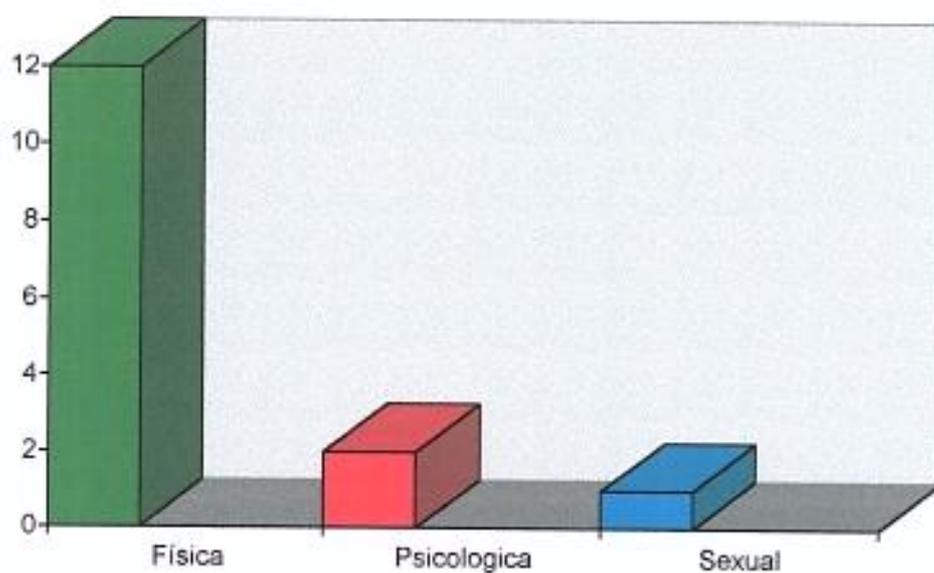
Pelas entrevistas se pode constatar que os sujeitos deste estudo são provenientes das camadas da população que raramente dispõem de recursos mínimos para a sobrevivência.

Na grande maioria das crianças e adolescentes não têm certeza da idade que têm, respondendo com evasivas. Algumas vezes, respondem de forma repetitiva, demonstrando uma capacidade pobre de discurso.

Também se pode perceber e observar o seguinte: na grande maioria, existem sentimentos de tristeza, rejeição, ansiedade, raiva. Alguns apresentam problemas de linguagem, físicos, auditivos e visuais. As cicatrizes pelo corpo são comuns nestas crianças, com as quais falamos.

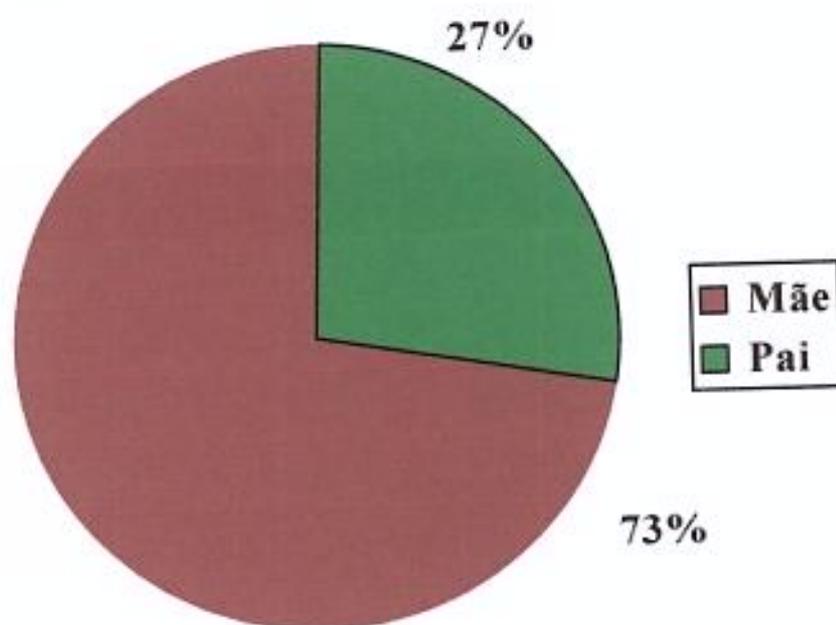
Outro aspecto importante que concluímos a partir das entrevistas foi que a grande maioria dos entrevistados foi vítima de violência física. Vejamos o gráfico abaixo:

Tipos de Violência



Fonte: Entrevistas realizadas com as crianças e adolescentes

Também pudemos observar que segundo o discurso das crianças e adolescentes, na maioria das vezes o agressor foi a própria mãe. Observe-se o gráfico abaixo:

distribuição por tipo de agressor

Fonte: Entrevistas realizadas com as crianças e adolescentes

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinqüir do que tornar-se útil à pátria e ao país. Pensei: se ele sabe disto, porque não faz um relatório e o envia para os políticos? O senhor Jânio Quadros, o Kubitschek e o Dr. Adhemar de Barros? Agora, falar para mim que sou uma pobre lixeira... Não posso resolver nem as minhas dificuldades.”

Carolina de Jesus em *Quarto de Despejo*, p. 26

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe uma dificuldade tanto teórica como empírica para a compreensão do conceito de família, bem como para a localização desta, como se pode notar na discussões de alguns estudiosos do tema e nas falas dos trabalhadores sociais do S.O.S. Criança. Estes últimos, em meio à grande problemática das famílias marginalizadas e envolvidas com problemas diversos, ao referir-se ao conceito de família o fazem tomando como base o modelo “ideal” formado pelo pai, mãe, e filhos. Parte das crianças violentadas domesticamente também assimilam e reproduzem esta mesma idéia.

Ou seja, podemos dizer que este trabalho constatou o inverso do que comumente pensamos a respeito da possibilidade de variação do conceito de família segundo o tipo de sociedade, a época vivida, ou o segmento social estudado. Em tese, poderíamos pensar que houvesse uma diferente idéia de família para as crianças e adolescentes, vítimas da violência doméstica, bem distinta daquela que prega a Igreja, a UNICEF, o próprio Estado e os meios de comunicação. Entretanto, através do discurso das crianças e adolescentes, bem

como dos trabalhadores sociais, vinculados ao S.O.S. Criança, constatamos que sobrevive uma idéia tradicional de família, conformada por pai, mãe e filhos.

Por causa desta concepção, o discurso do S.O.S sobre a reintegração das crianças e adolescentes termina sendo um jogo de palavras, ou seja, um estatuto de boas intenções, já que ao ser levado na prática estas crianças ou adolescentes terminam sendo reintegradas em lares desintegrados, os quais segundo o Governo deveriam transformar-se através de determinadas medidas assistenciais. Por outro lado, este mesmo Governo exige muito das famílias embora ofereça muito pouco suporte para garantir-lhes os direitos mínimos de cidadania. Pode-se dizer, entretanto, que apesar de todas dificuldades práticas, o Governo de São Paulo têm manifestado preocupação com a questão da infância abandonada, com a criança e o adolescente em situação de risco e com a problemática da criança e adolescente violentado. Isso, sem dúvida, denota algum avanço por parte do Estado de São Paulo em relação a esta questão, muito embora, as dificuldades políticas, culturais e materiais também apontem para o fato de que se trata de um problema complexo e que demanda transformações para além da esfera de ação do governo. A dificuldade dos trabalhadores sociais em se adequarem à perspectiva dos programas do SOS, as barreiras encontradas no nível da sociedade civil para acatar a criança com passagem pelo SOS são exemplos do que acabamos de dizer.

Quanto à idéia de um dia adequar-se e construir uma família no padrão tradicional, pudemos notar que, apesar da violência sofrida na família as crianças

e adolescentes entrevistados demonstram assimilar o padrão de discurso vigente na sociedade brasileira, passado em diversos níveis. Imaginam que de fato cabe à família o papel de oferecer suporte afetivo e econômico, segurança, bem estar etc. Deste modo, manifestam na forma de um desejo para o futuro, o sonho de constituir uma família conforme o modelo ideal. O discurso diz que pretendem ser bons pais, cuidando e dando o melhor para seus filhos, e, ambigualmente, cumprindo o dever de educar e formar bons cidadãos, castigar seus filhos quando merecerem.

As crianças demonstraram que acreditam na família enquanto instituição. Em seus casos concretos, “apenas” por circunstâncias da vida, nasceram ou estão na “família errada”. O S.O.S deixa entrever que trabalha com o mesmo conceito.

Através do trabalho percebemos que o modelo patriarcal sofreu mudanças mas, a idéia de que cabe ao responsável o papel de disciplinador permanece. Ou seja, sobrevive na sociedade brasileira, vários elementos herdados da cultura violenta do antigo modelo patriarcal, bem como a idéia de que uma família se compõe de pai, mãe e filhos. Mesmo para uma instituição que lida com as famílias mais distintas deste modelo, e em número tão elevado, como as classes pobres atendidas pelo S.O.S. Criança, objeto deste estudo.

Depois de conhecer as famílias das crianças e adolescentes entrevistados podemos dizer que a família hoje pode estar constituída por um dos cônjuges e seus filhos. E, apesar das grandes e concretas transformações podemos perceber

que para seus integrantes resulta muito difícil manejar a distribuição da autoridade, o compartilhamento dos direitos e deveres, a ajuda mútua, e as dificuldades apresentadas no dia a dia. Parte desta questão está, pelo que vimos, relacionada com o desnível entre as transformações concretas das famílias e a atribuição e cobrança de papéis familiares, que culturalmente parece ter mudado muito pouco.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Angela. “Pensando a Família no Brasil: Da colônia à Modernidade”. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: 1987.
- ASSIS, Simone. “Crescer sem violência: Um desafio para educadores”, Rio de Janeiro. Claves, ENSP/FIOCRUZ, 1994.
- AZEVEDO, M. A. e GUERRA, Viviane: “Violência de pais contra filhos: Procuram-se Vítimas”, São Paulo: Cortez, 1985 .
-
- “Infância e violência doméstica: Fronteiras do Conhecimento”, São Paulo: Robes, 1995.
- AZEVEDO, M. Amélia. “Incesto pai-filha: Um tabu menor de um Brasil menor”: Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da USP, como um dos requisitos à obtenção do título de Livre-Docente em Psicologia. São Paulo, mimeo, 1991.
- BOM MEIHY, J. C. e LEVINE, R. M. Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus, Rio de Janeiro, edit. UFRJ, 1994.
- CARVALHO, M. do C. Brant. “A priorização da família na agenda da política social”, in: CARVALHO, M. do C. Brant (org), A família contemporânea em debate, São Paulo, Cortez/EDUC, 1995

- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 1988, Ministério da Educação, Imprensa Oficial, 1989
- CORREA, Marisa. (et. all) Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1982
- COSTA, A. G. O estatuto da criança e do adolescente e o trabalho infantil: trajetória, situação atual e perspectivas, Brasília, OIT/LTR, 1994
- DESLANDES, Suely. Prevenir a violência: um desafio para profissionais de saúde, Rio de Janeiro, 1994
- DANZELOT, Jacques. A polícia das Famílias, Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FERRARI E KALUSTIAN. A família Brasileira, a base de tudo, UNICEF, 1994.
- FONSECA, Caudia “circulação de Crianças”IN A família como Espelho .
- FOUCAULT, Michel. “Vigiar e Punir:”, Petrópolis: Vozes, 1994.
- GOLDANI, Ana Maria. “A crise no Brasil hoje” IN: Travessia, São Paulo: 1991.
- _____. “As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação”, IN: Cadernos Pagu, No 1, São Paulo: 1993.
- GOMES, Jerusa Viera. “Teorias e Teorias de Famílias”. IN: CARVALHO, M. do C. Brant (Org) A família contemporânea em debate. São Paulo: Cortez/EDUC, 1995.
- HERZER . A Queda para o Alto, Petrópolis: Vozes, 1991.
- JESUS, Carolina M. Quarto de despejo, 4ª edição, São Paulo, Ática, 1995
- KAËS, R. (et all) . A Instituição e as instituições, São Paulo, 1991

- LASCH, Christopher. Refúgio num mundo sem coração - a família: santuário ou a instituição sitiada?, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991
- LÉVI-STRAUSS, GOUCH, K. e SPIRO, M. A família como instituição, Porto, Rés editora, 1977
- MARX, Karl, Q Capital", Livro I, V.3, Buenos Aires, Siglo XXI, 1979.
- MESQUITA, Eni Samara: A família brasileira, São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MARQUES, Maria. A: Violência doméstica contra crianças e adolescentes, Rio Janeiro, Vozes, 1994.
- PRADA, Danda. O que é família, São Paulo, Brasiliense, 1985
- QUARTIM, Maria L. "Infância e Cidadania", IN: Cadernos de Pesquisa, No. 91, 1994
- SCHWARTZMAN, Simon: "A Igreja e o Estado Novo da Família", IN: Cadernos de Pesquisa, no. 37, maio de 1981.
- PEREIRA, Socorro: IN Travessia, 1991
- SANTOS, Hélio. "Crianças Violadas", Brasília: Ministério de Ação Social, 1991.
- _____. "Crianças Espancadas", São Paulo: Papirus, 1987.
- SARTI, Cynthia: A família como espelho: um estudo da moral dos pobres, São Paulo: 1996.
- _____. "As Mudanças na família " IN: CARVALHO, M. do C. Brant (org.) A família Contemporânea em Debate, São Paulo, Cortez/EDUC, 1995
- SCARFON, M. de Lourdes. Crescimento e miséria, São Paulo, Símbolo, 1979

SZYMANSKY, Heloísa. "Teoria e teorias de famílias" IN: CARVALHO, M. do C. Brant (org.) A família Contemporânea em Debate, São Paulo, Cortez/EDUC, 1995

BOLETINS:

BOLETIM INFORMATIVO DA INSTITUIÇÃO S.O.S. Criança, no. 3, ano 1, mai/jun/96

_____, No. 4, ano 2, dez 96/jan 97

CENTRO REGIONAL DE ATENÇÃO AOS MAUS TRATOS NA INFÂNCIA:

Relatório de atividades anuais, Campinas, mimeo, 1995

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Lei No. 8.069, de 13/07/1990, São Paulo, Editora Atlas, 1991

ANEXOS

BANCO LEGAL

REGISTRO DE ASSINATURAS

CONTA NO.:

Nome:

Codigo:

Características:

Criança

Adolescente

S.O.S.

C.P.E.III

MOOCA

EXTERNO

DAR I

P.C.R.

R.G.:

Cert. Nasc.:

Assinatura:

Assinatura:

Aprovação da gerencia:

Impresso na Grafica S O S Criança 09-96

BANCO LEGAL

— RECIBO —

Data: ____/____/____

Conta No:

Valor:

Cod. SOS

Credito

Debito

Autenticação do Banco

De:

Depositado por:

Motivo do Deposito:

Credito:

Debito:

VOCÊ ME CONHECE?



Ana Cláudia de Jesus Ferreira
13 anos
Desaparecida em 26/12/94



Ronald Sales Silva
10 anos
Desaparecido em 20/03/96

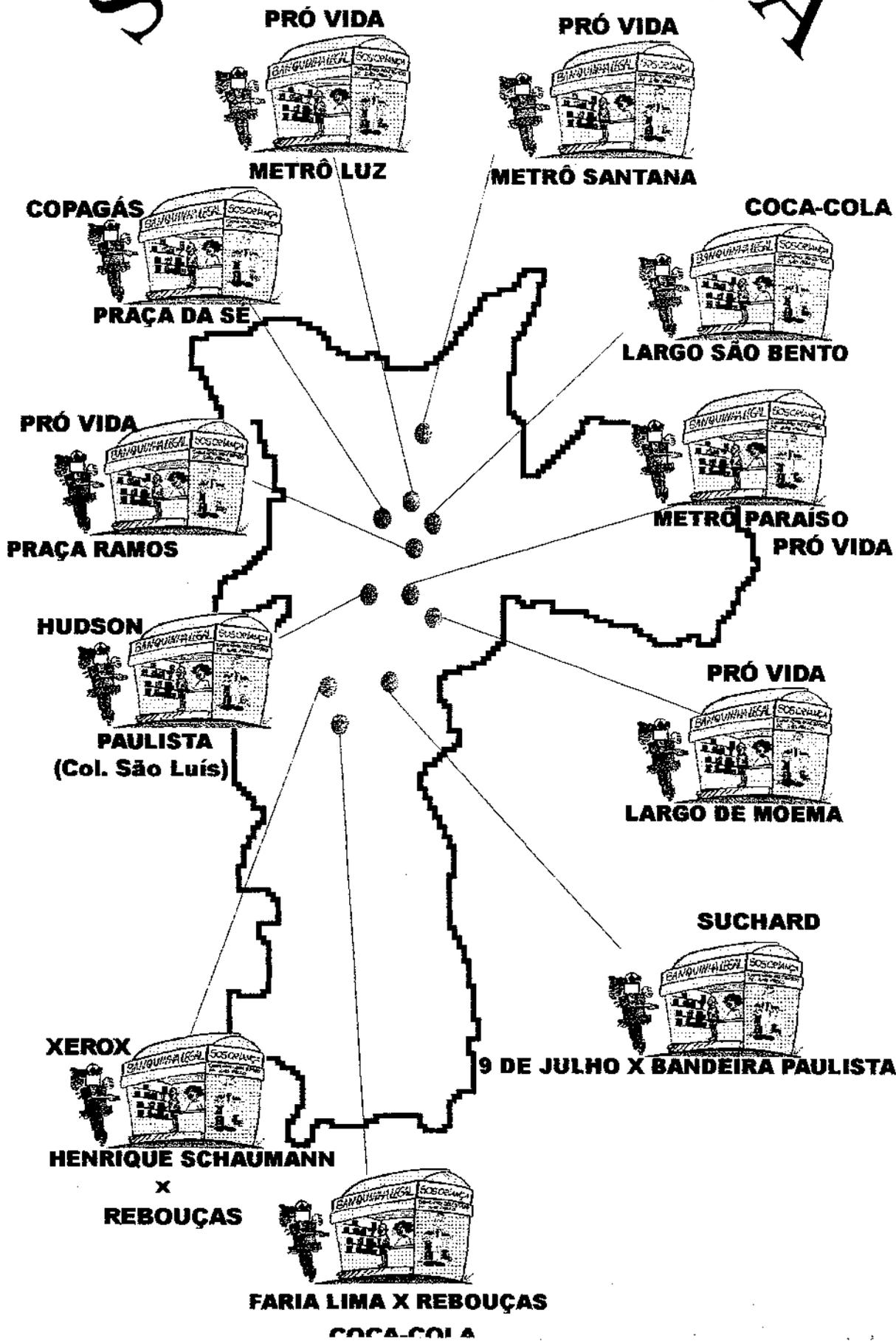


Leticia Moraes de Oliveira
04 anos
Desaparecida em 09/08/95

LIGUE: (011) 270-9422

SERVIÇO S.O.S. CRIANÇA

SOS CRIANÇA



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA CRIANÇA, FAMÍLIA E BEM ESTAR SOCIAL



É direito de todos os cidadãos brasileiros o acesso à justiça. No entanto, muitas vezes, a falta de recursos financeiros impede a obtenção de uma assistência jurídica adequada. A Secretaria da Criança, Família e Bem Estar Social oferece o serviço S.O.S. Criança, que atua na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, garantindo a aplicação da Lei de Proteção da Criança e do Adolescente.



SECRETARIA DA CRIANÇA, FAMÍLIA E BEM ESTAR SOCIAL

Moeda Legal

SERVIÇO S.O.S CRIANÇA